

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOYCE CRISTINA FONSECA PIRES

**ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
(MEI) PARA A REDUÇÃO DA INFORMALIDADE NO BRASIL**

**CURITIBA
2015**

JOYCE CRISTINA FONSECA PIRES

**ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
(MEI) PARA A REDUÇÃO DA INFORMALIDADE NO BRASIL**

Monografia apresentada para a obtenção parcial do grau de Bacharel em Ciência Econômicas do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof^a. Dayane Rocha de Pauli

**CURITIBA
2015**

TERMO DE APROVAÇÃO

JOYCE CRISTINA FONSECA PIRES

ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) PARA A REDUÇÃO DA INFORMALIDADE NO BRASIL

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof^a. Dayane Rocha de Pauli
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Prof. Adilson Antônio Volpi
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Prof. Wellington da Silva Pereira
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar como a categoria do Microempreendedor Individual (MEI) criada pelo governo brasileiro no ano de 2009 através da Lei Geral tem ajudado na queda da informalidade brasileira. Para alcançar o objetivo proposto foi preciso um estudo de conceitos teóricos sobre a informalidade e suas principais causas, percebidas de maneira geral entre os países e como eles se apresentam na realidade brasileira. Complementando o estudo sobre a informalidade foi realizada análises qualitativa e quantitativa da evolução e das principais características do mercado informal brasileiro. Após esse estudo, realizou-se um levantamento das principais medidas tomadas pelo governo brasileiro a fim de reduzir a informalidade elencando suas características. Por fim, foi feita uma análise que compara as diferentes categorias da Lei Geral e apresenta o perfil dos optantes pelo MEI e a evolução dessa categoria. Como resultado, foi possível observar o crescimento expressivo do MEI em relação ao crescimento das empresas brasileiras e sua maior participação em relação a formalização de profissionais que trabalham por conta própria, em atividades com baixo valor agregado e em regiões com baixa presença de empresas formais, como Norte e Nordeste.

Palavras-Chave: Economia Informal, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual.

ABSTRACT

This study aims to analyze how the category of Individual Micro-entrepreneur (MEI) created by the Brazilian government in 2009 through the General Act has helped in the fall of Brazilian informality. To achieve the proposed objective it took a study of theoretical concepts of informality and its main causes, perceived generally between countries and how they present themselves in the Brazilian reality. Complementing the study of informality was carried out qualitative and quantitative analysis of the evolution and main characteristics of the Brazilian informal market. After this study, we carried out a survey of the main measures taken by the Brazilian government in order to reduce informality showing its features. Finally, an analysis that compares the different categories of the General Law and presents the profile of opting for MEI and the evolution of this category was made. As a result, we observed a significant growth of MEI regarding the growth of Brazilian companies and their greater participation regarding the formalization of professionals who work for themselves in activities with low added value and in regions with low presence of formal enterprises, as North and Northeast.

Keywords: Shadow Economies, Micro enterprises, Small Businesses, Individual Micro-entrepreneur

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – CUSTO DE ABERTURA DE EMPRESAS NOS BRICs.....	16
TABELA 2 – TAXAS DE EXPANSÃO DE OCUPAÇÃO TOTAL, FORMAL E INFORMAL – BRASIL, 1993 A 2006 (EM%).....	20
TABELA 3 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E TRABALHO COM CARTEIRA ASSINADA – BRASIL, 2003 A 2012.....	21
TABELA 4 – EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE EMPRESAS POR PORTE, BRASIL, 2009 A 2012.....	35
QUADRO 1 – COMPARATIVO DAS CARACTERÍSTICAS DO MEI, ME E EPP.....	33

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – CUSTO DE ABERTURA DE EMPRESAS NO BRASIL.....	16
GRÁFICO 2 – FORMAÇÃO DO CUSTO DE ABERTURA DE EMPRESAS NO BRASIL.....	17
GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES COM E SEM CARTEIRA ASSINADA DO TOTAL DA POPULAÇÃO OCUPADA (EM %).....	22
GRÁFICO 4 – NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA NO MERCADO INFORMAL.....	23
GRÁFICO 5 – MOTIVO QUE LEVOU O PROFISSIONAL A INICIAR O NEGÓCIO INFORMAL.....	24
GRÁFICO 6 – AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES PARA DESENVOLVER O NEGÓCIO INFORMAL.....	25
GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MPE – BRASIL, 2000 – 2001	27
GRÁFICO 8 – NÚMERO DE PEDIDOS DA OPÇÃO PELO SIMPLES NACIONAL..	28
GRÁFICO 9 – NÚMERO DE PEDIDOS DA OPÇÃO PELO SIMPLES NACIONAL – BRASIL, 2007 A 2014.....	29
GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS POR PORTE – BRASIL, 2009 A 2012.....	36
GRÁFICO 11 – NÚMERO DE PEDIDOS DA OPÇÃO PELO MEI.....	36
GRÁFICO 12 – TEMPO DE EMPREENDIMENTO INFORMAL (SEM CNPJ) ANTES DE TORNAR-SE MEI – BRASIL, 2003.....	37
GRÁFICO 13 – PARTICIPAÇÃO REGIONAL NO NÚMERO TOTAL DE MEI E MPE – BRASIL, ATÉ AGOSTO 2013.....	38
GRÁFICO 14 – DISTRIBUIÇÃO DE MEI POR GRANDE SETOR.....	39
GRÁFICO 15 – DISTRIBUIÇÃO DE MEI E DE MPE POR SETORES.....	39

LISTA DE SIGLAS

- ANVISA** - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- CEPAL** - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- COFINS** - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
- CPP** - Contribuição Patronal Previdenciária
- CSE** - Cadastro SEBRAE de Empresas
- CSLL** - Contribuição Social sobre o Lucro
- DARF** - Documento de Arrecadação da Receitas Nacionais
- DAS** - Documento de Arrecadação do Simples Nacional
- Ecinf** - Economia Informal Urbana
- FIRJAN** - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS** - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicações
- INSS** - Instituto Nacional do Seguro Social
- IPI** - Imposto sobre Produtos Industrializados
- IRPF** - Imposto de Renda da Pessoa Física
- IRPJ** - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
- ISS** - Imposto sobre Serviços
- MEI** - Microempreendedor Individual
- MPE** - Micro e Pequenas Empresas
- OIT** - Organização Internacional do Trabalho
- PIS/PASEP** - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público
- PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Prealc - Programa Regional del Empleo para a América Latina y el Caribe

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

RCPJ - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC - Serviço Social do Comércio

SESI - Serviço Social da Indústria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	ECONOMIA INFORMAL	9
2.1	CONCEITO DE SETOR INFORMAL E ECONOMIA INFORMAL	9
2.2	PRINCIPAIS CAUSAS DA ECONOMIA INFORMAL	11
3	INFORMALIDADE NO BRASIL	19
3.1	COMPORTAMENTO DA INFORMALIDADE AO LONGO DA HISTÓRIA	19
3.2	ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA INFORMALIDADE ENTRE OS ANOS DE 2003 A 2012.....	21
3.3	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO MERCADO INFORMAL BRASILEIRO	22
4	ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS A FAVOR DA QUEDA DO MERCADO INFORMAL	26
4.1	LEI GERAL DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE	26
4.2	CRIAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL.....	28
4.3	CRIAÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)	29
5	ANÁLISE DO PROGRAMA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL	31
5.1	ANÁLISE QUALITATIVA COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO DA MPE E DO MEI.....	31
5.1.1	Características da categoria: Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e o Simples Nacional	31
5.1.2	Características da categoria: Microempreendedor Individual e o SIMEI...32	
5.1.3	Quadro comparativo	33
5.2	ANÁLISE QUANTITATIVA.....	34
5.2.1	Análise quantitativa da evolução do MEI e das empresas brasileiras entre os anos de 2009 a 2012	35
5.2.2	Análise da participação do MEI e da MPE no mercado de trabalho brasileiro	38
6	CONCLUSÃO.....	41
	REFERÊNCIAS.....	44
	ANEXO.....	46

1 INTRODUÇÃO

O mercado informal tem expressiva importância para a economia mundial, segundo KREIN & PROUNI (2010). Essa realidade é percebida principalmente em países subdesenvolvidos uma vez que o seu crescimento econômico não foi suficiente para manter um mercado de trabalho formal estruturado com condições financeiras e sociais adequadas para a população.

No Brasil, a informalidade é consequência de fatores históricos e estruturais. Segundo CEPAL, PNUD e OIT (2008) a alta presença de trabalhadores informais no Brasil está diretamente ligada a brutal desaceleração da economia na década de 80, que ficou conhecida como a “década perdida” e o crescimento precário do mercado nacional da década de 1990 causado pela baixa competitividades das empresas frente a abertura da economia. A taxa de crescimento da ocupação informal começa a cair apenas a partir de 2000 enquanto temos um aumento na taxa de crescimento da ocupação formal. Por outro lado, encontra-se o problema estrutural, na qual mostra FURTADO (2004) que o governo brasileiro não conseguiu criar um cenário dinâmico e atrativo para a formalização dos micro-negócios que foram criados na informalidade como resposta do crescimento da mão de obra ociosa advinda do problema histórico.

Visto a importância dos pequenos empreendimentos para a sociedade e a economia brasileira, a OIT começa a defender a partir da década de 1990 a intervenção pública com o objetivo de diminuir a informalidade através de leis que conseguissem trazer esses pequenos empreendimentos para dentro do mercado formal. A intervenção pública no Brasil ganhou destaque no ano de 2006, quando colocou em vigor a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (MPE) e em 2009 com a criação do Microempreendedor Individual (MEI).

Tendo isso em vista, o trabalho tem como objetivo analisar e mostrar qual a importância do MEI para a queda da informalidade brasileira, através de uma análise do cenário da economia informal no Brasil e do entendimento de toda proposta do MEI.

2 ECONOMIA INFORMAL

Para uma melhor compreensão da Economia Informal se faz necessária a análise da sua conceituação histórica e a definição do conceito que o presente trabalho adotará. Além de tratar desses aspectos conceituais, este capítulo também abordará alguns dos fatores que influenciam no aumento da informalidade.

2.1 CONCEITO DE SETOR INFORMAL E ECONOMIA INFORMAL

Através de estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência das Nações Unidas, foi possível realizar uma análise sobre a evolução do conceito desse fenômeno recorrente na economia ao longo da história.

Em 1960 a OIT se preocupando com as condições de trabalho já havia criado o Programa Regional del Empleo para a América Latina y el Caribe (Prealc), instituição internacional pertencente a seu “Programa Mundial do Trabalho”, com o objetivo de realizar estudos sobre o desenvolvimento da América Latina e propor estratégias alternativas com foco na geração de empregos e aumento de salários.

Os estudos sobre a informalidade produzidos pela instituição, conforme apontado em KREIN & PROUNI (2010), iniciaram-se nos anos 1970, o que foi definido conceitualmente como “setor informal da economia urbana”, na qual não existia um conceito teórico capaz de explicar claramente e delimitar o que constituía a informalidade, mas devemos entender que o termo “setor” visava englobar as empresas e os indivíduos envolvidos na atividade informal. Na década de 1970 a economia mundial estava dividida pela decadência da economia dos países capitalistas advinda da crise do petróleo (1974 e 1979) e o auge na economia da União Soviética, permitindo melhor condição de vida para a população dos países socialistas. Nesse cenário percebe-se que a informalidade era a consequência da insuficiência das relações mercantis modernas incapazes de incorporar a população no mercado de trabalho das atividades capitalistas formais fazendo com que os trabalhadores buscassem diferentes estratégias para sua sobrevivência.

Esse fenômeno era claramente percebido em países subdesenvolvidos uma vez que o seu crescimento econômico não era suficiente para manter um mercado de trabalho formal estruturado com remunerações e condições sociais adequadas

para a população. Os ocupantes do setor informal urbano eram vistos como socialmente pobres, com baixa instrução e pertencentes a faixas etárias mais jovens ou mais avançadas e normalmente possuíam condições precárias de trabalho. Acreditava-se que o setor informal era prejudicial para a economia e que seria erradicado conforme o setor formal fosse se desenvolvendo e incorporando a população trabalhadora em suas atividades e também houvesse a formalização de algumas atividades através de políticas públicas.

Em 1993 durante a 15ª International Conference of Labour Statisticians, a OIT chegou a tentar estabelecer uma definição consensual com o objetivo de compatibilizar os critérios da mensuração da informalidade em diferentes países, na qual seria definido que as unidades econômicas informais seriam divididas em dois tipos: empreendimentos unipessoais ou familiares; e microempresas com trabalho assalariado. Porém, essa tentativa não obteve sucesso uma vez que a definição não sanou a necessidade de entender e mensurar internacionalmente esse fenômeno, gerando discordâncias a respeito da padronização conceitual (PASCHOAL; LUMIKOSKI; BUENO; SOUZA, 2014).

Foi então que na década de 1990 a OIT passou a repensar o conceito da informalidade, o qual era utilizado até o momento. O conceito de “setor informal da economia urbana” passa a ser denominado como “velha informalidade” para se transformar em um novo conceito de “economia informal”, na qual passou-se a se falar em um termo mais amplo e mais condizente com os mercados cada vez mais dinâmicos e complexos. A informalidade antes conhecida por dois tipos agora passa a ser conhecida pela existência de distintos graus de formalização na estrutura econômica, variando da total informalidade à absoluta formalidade. Dessa forma a economia informal engloba não só os dois tipos citados anteriormente (empreendimentos unipessoais ou familiares; e microempresas com trabalho assalariado) como também passam a abarcar outras categorias, como: produtores para autoconsumo, trabalhadores voluntários do terceiro setor, falsos autônomos (trabalhadores terceirizados subcontratados, trabalho em domicílio, trabalhador em falsa cooperativa), entre outros.

Essa mudança pode ser estendida para meados de 2000, período com o fortalecimento do capitalismo, maior globalização e o aumento da complexidade nos mercados.

De forma geral, segundo KREIN & PROUNI (2010) o setor informal tomava proporções alarmantes como consequência do avanço da globalização, a elevada insegurança nos mercados de trabalho, e em razão do aumento da complexidade do mercado de trabalho, em que se torna cada vez mais frequente a informalidade como opção do trabalhador, como forma de aumentar a renda e flexibilizar os horários (um exemplo é o home-office). Percebe-se que a informalidade surge tanto como necessidade frente a uma conjuntura econômica desfavorável, mas também como opção quando a economia é mais próspera. Nesse contexto é possível reconhecer a impossibilidade de acabar com a informalidade nos países, pois o setor informal tem um papel importante para a situação da população e da economia. Mas a busca pela formalização a fim de melhorar o bem-estar da sociedade (via melhores condições de trabalho, arrecadação de impostos, etc) é um esforço que muitos *policy makers* têm dispendido.

Após esse contexto histórico apresentado sobre a informalidade na economia é possível traçar o conceito que será adotado no presente trabalho: a informalidade será entendida tanto como a ausência de vínculo empregatício formal (na ótica dos trabalhadores informais) quanto à ausência de registro formal para o caso de empresas.

Desta contextualização histórica do conceito, tratado pela OIT, também pode-se entender que esse fenômeno não pode ser eliminado no curto e no médio prazo apenas por forças do mercado. Por esse motivo, a OIT começa a defender, a partir da década de 1990, a intervenção pública com objetivo de diminuir o hiato entre as condições predominantes no mercado formal e as verificadas para o informal apontando como vantagens do reconhecimento legal, o acesso a direitos e proteções e também a representação de interesses junto ao Estado.

2.2 PRINCIPAIS CAUSAS DA ECONOMIA INFORMAL

Os fatores que causam o crescimento da informalidade na economia podem ser classificados como econômicos ou não-econômicos. Como exemplos de causas econômicas estão os fatores que atuam sobre as leis do mercado, como veremos mais detalhadamente a seguir. Já fatores sociológicos e psicológicos que

influenciam o processo de decisão dos indivíduos no mercado de trabalho são exemplos de causas não econômicas.

Quando analisados os fatores de ordem não econômicas deve-se levar em consideração os fatores psicológicos, na qual podem ser analisadas as vantagens e desvantagens da legalização e o que cada indivíduo leva em consideração na sua decisão. Por exemplo, segundo SEBRAE (2014) a legalização garante ao indivíduo vantagens como aposentadoria, décimo-terceiro, auxílio doença, salário maternidade e pensão por morte. E à empresa, a formalização abre oportunidades como participação em editais, licitações e acesso a financiamentos. Os benefícios desses fatores são comparados com o custo da formalização, principalmente no que se refere ao pagamento de impostos.

O presente trabalho analisará apenas os fatores econômicos com o intuito de diagnosticar os principais fatores que causam e aumentam o mercado informal dentro de uma economia. Essa análise contribuirá para a verificação dos benefícios do MEI sobre a diminuição da informalidade.

Para SCHNEIDER (2006) as principais razões de cunho econômico para a escolha do mercado informal por um agente econômico, em detrimento do formal, podem ser listadas como: (1) o diferencial de salários entre os setores formal e informal; (2) a carga fiscal; (3) os riscos e multas e a (4) condição no mercado de trabalho. A fim de entendermos melhor esses fatores que influenciam a informalidade em uma economia analisaremos separadamente cada fator, com base na análise proposta por SCHNEIDER (2006) e seguindo a divisão: (a) carga tributária e complexidade do sistema tributário; (b) regulamentação e controle; (c) mercado de trabalho e (d) custo e burocracia na abertura da empresa.

(a) Carga Tributária e Complexidade do Sistema Tributário

De acordo com o autor supracitado a carga tributária tem relevância no grau de informalidade de uma economia. De maneira geral o autor coloca que, *ceteris paribus*, quanto maior a carga tributária maior será a taxa de informalidade dentro do mercado. É necessário enfatizar que não apenas os tributos diretos como também os tributos indiretos incidentes sobre os bens e serviços afetam a escolha dos agentes a se deslocarem para a economia informal, uma vez que ambos afetam o resultado financeiro de seu trabalho.

Além dos tributos diretos e indiretos que incidem sobre a empresa, há tributos que incidem sobre os salários que também podem influenciar o grau de formalidade de um mercado à medida que o profissional passa a preferir operar na informalidade a trabalhar de maneira assalariada no mercado de trabalho formal.

A carga tributária sobre os salários gera uma diferença entre o salário bruto e o salário líquido e quanto maior for essa diferença mais o profissional estará propenso a operar na economia informal. Nota-se também que quanto maior for o salário bruto da atividade informal em comparação com o salário líquido da atividade formal, maior será a preferência do profissional em atuar na economia informal. Ressaltando que podemos entender como atuação na economia informal a abertura de empresas sem formalidade, a atuação autônoma, entre outras formas.

No Brasil os principais tributos e contribuições pagas pelas empresas / empresários, são: IRPJ (Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas); CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro); PIS/Pasep (Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público); Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); INSS (Previdência Social); IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados); ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicações) e ISS (Imposto sobre Serviços). Além de tributos e contribuições pagos pelos trabalhadores, como: IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) e INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

A partir dessa análise conclui-se que o Brasil apresenta um sistema tributário, composto por diversos impostos, com diversas formas de incidência, competência e regras, o que caracteriza a complexidade do sistema tributário brasileiro. No próximo tópico o trabalho fará uma análise de como essa complexidade e a regulamentação impactam no aumento da economia informal.

(b) Regulamentação e Controle do Sistema Tributário

Por consequência da vasta gama de tributos, as empresas buscam reduzir a sua carga fiscal utilizando-se inclusive, de meios ilícitos para isso, como: evasão, sonegação e Elisão fiscal. Estes ocorrem quando o contribuinte pratica atos a fim de evitar, retardar ou reduzir o pagamento de um tributo antes ou depois da ocorrência do respectivo fato gerador. Os atos ilícitos ocorrem tanto na economia formal como

na economia informal. Na economia formal a evasão, sonegação ou elisão fiscal ocorrem a partir da omissão ou alteração em documentos fiscais que comprovam as operações e prestações de serviços assim como a falsa declaração ou omissão da declaração de renda; dentro da economia informal ocorre a partir da falta de inscrição das empresas e do cadastro de contribuintes.

Em um sistema tributário quanto maior a sua complexidade maior será a dificuldade de regulamentação, controle e detecção da evasão, sonegação ou elisão fiscal pelo governo. Ainda, quanto maior for a complexidade do sistema tributário, maior será a preferência do trabalhador em permanecer na formalidade, pois maiores são as possibilidades de evitar uma tributação e maior serão seus lucros. Neste caso haveria incentivo para os profissionais informais irem para os setores formais e se utilizarem dos meios ilícitos como forma de evitar a tributação.

Se a maior complexidade do sistema tributário se origina da ampliação da base de impostos pode-se haver o incentivo dos profissionais em se manter nos setores informais como forma de reduzirem a carga fiscal. Por outro lado, se a menor complexidade do sistema tributário for acompanhada de uma redução na carga fiscal, há o incentivo dos profissionais se manterem na economia formal ou migrarem para a formalidade.

No que tange a regulamentação tributária, no Brasil há um elevado grau de controle do governo para com o sistema de obrigações fiscais (pagamento de impostos, taxas e contribuições) que é regulado a partir das seguintes instituições: Constituição Federal; Código Fiscal Brasileiro; Leis Complementares; Leis Ordinárias; Resoluções do Senado e Leis Estaduais e Municipais.

O Governo brasileiro com o objetivo de reduzir a carga tributária e diminuir sua complexidade aprovou em dezembro de 2006 o regime tributário Simples Nacional, aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que reúne em uma única guia o recolhimento de seis tributos federais (IRPJ, IPI, CSLL, Cofins, PIS/Pasep e CPP), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS). A partir dessa medida o Governo brasileiro conseguiu um forte impacto na redução da informalidade, demonstrando a importância da simplificação da carga tributária, como será discutido mais adiante.

(c) Mercado de Trabalho

O autor SCHNEIDER (2000), também colocou em seu estudo uma análise de como a jornada de trabalho imposta pelo mercado impacta na decisão do trabalhador em atuar no setor formal ou informal.

Ele baseia seu estudo em um processo histórico de redução na jornada de trabalho que ocorreu em diversos países como a França, Alemanha e Inglaterra durante os anos 1830 e 1860, na qual foram promulgadas as primeiras leis que limitavam a jornada de trabalho em dez horas diárias.

SCHNEIDER (2000) apresenta a argumentação que a reforma antecipada de trabalho a tempo parcial também oferecem oportunidades para pessoas para trabalhar na economia desregulada e não tributado (Gijssels 1984; Riebel 1983, 1984).

Pode-se arguir, ainda, que o fator jornada de trabalho influenciou a escolha pela informalidade historicamente. Nos dias atuais, porém, observa-se que a maior flexibilidade de horário, que é um fator correlato ao apresentado pelos autores analisados, desempenha um papel relevante no cenário do mercado de trabalho atual, na busca ou permanência na informalidade por parte dos trabalhadores.

(d) Custo e Burocracia na abertura da empresa

Uma vez que esse trabalho tem como foco analisar a economia brasileira é indispensável o estudo de como o custo e a burocracia na abertura da empresa impactam na decisão do empreendedor em operar na economia formal ou informal.

FURTADO (2004) mostra que para abertura de uma empresa no Brasil o empreendedor deve passar por 17 procedimentos e comparecer em até 15 órgãos do governo. Outro estudo realizado pelo Banco Mundial, Doing Business (2004), indica que um empreendedor brasileiro tem que esperar o prazo médio de 155 dias para começar a operar. O prazo do Brasil para a abertura de uma empresa é o triplo da média mundial. Vale ressaltar que o prazo pode variar conforme o estado analisado, para essa pesquisa o Banco Mundial utilizou os dados de São Paulo como base para analisar o Brasil (levou em consideração os dados dos principais centros financeiros de cada país).

A pesquisa feita pelo Sistema FIRJAN de 2010 levantou todos os procedimentos necessários para a abertura de uma empresa, e divulgou uma

listagem de todos os órgãos envolvidos no processo, sendo eles: Prefeitura; Junta Comercial ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (RCPJ); Receita Federal; Corpo de Bombeiros (estadual); Secretaria de Fazenda Estadual e/ou Secretaria de Fazenda Municipal; Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou Vigilância Sanitária Estadual ou Vigilância Sanitária Municipal; IBAMA ou órgão de licenciamento ambiental estadual.

O extenso prazo necessário para a abertura de empresas no Brasil é consequência da falta de integração entre os órgãos envolvidos em todo processo, obrigando o empresário a levar os mesmos documentos em vários órgãos e aguardar o prazo de fechamento de cada etapa para iniciar a outra. Além disso, imprevistos ou equívocos durante as etapas podem levar o empresário a ter que iniciar novamente todo o processo.

Além da burocracia, o custo envolvido no processo de abertura de uma empresa também foi estudado pelo Sistema FIRJAN (2010), na qual mostra que o custo médio de abertura de uma empresa no Brasil é de aproximadamente R\$ 2.038,00. Se comparado com o ranking mundial estamos na 58ª posição entre os maiores custos. A partir de dados do Banco Mundial o estudo faz também uma comparação com o custo de abertura da empresa nos países que compõe o BRICs, onde o Brasil aparece com o custo mais alto.

TABELA 1 - CUSTO DE ABERTURA DE EMPRESAS NOS BRICs

PAÍS	R\$
Rússia	R\$ 559,00
Índia	R\$ 1.176,00
China	R\$ 280,00
Média - Rússia, Índia e China	R\$ 672,00
Brasil	R\$ 2.038,00

FONTE: Sistema FIRJAN (2010)

A partir dos dados apresentados acima percebe-se que o custo da abertura de uma empresa no Brasil é 303,27% maior que a média dos países (Rússia, Índia e China).

O custo total da abertura de uma empresa no Brasil varia entre os estados, como ilustrado no gráfico abaixo. Essa diferença é consequência da variação nas taxas cobradas de cada órgão.

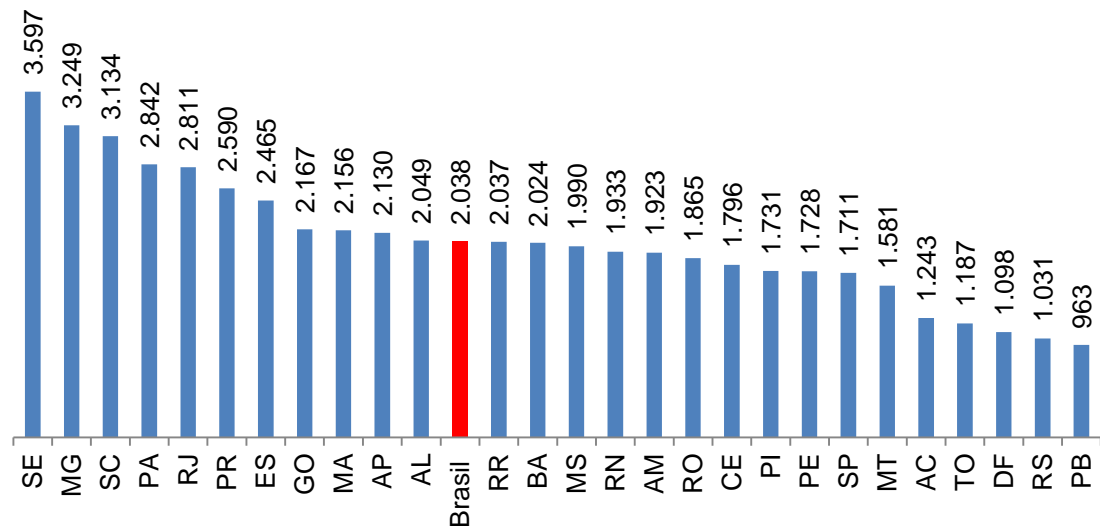


GRÁFICO 1 - CUSTO DE ABERTURA DE EMPRESAS NO BRASIL
 FONTE: FIRJAN (2010)

Além da variação observada entre os estados, o custo total também sofre variações em função:

- Da atividade exercida - serviço, comércio ou indústria;
- Do capital social da empresa;
- Do porte da empresa – Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP). Empresa de Médio ou Grande Porte;
- Do tipo de sociedade – empresário individual, sociedade por ações, consórcio ou sociedade limitada.

A formação do custo total pode ser melhor compreendido a partir do gráfico apresentado em FIRJAN (2010).

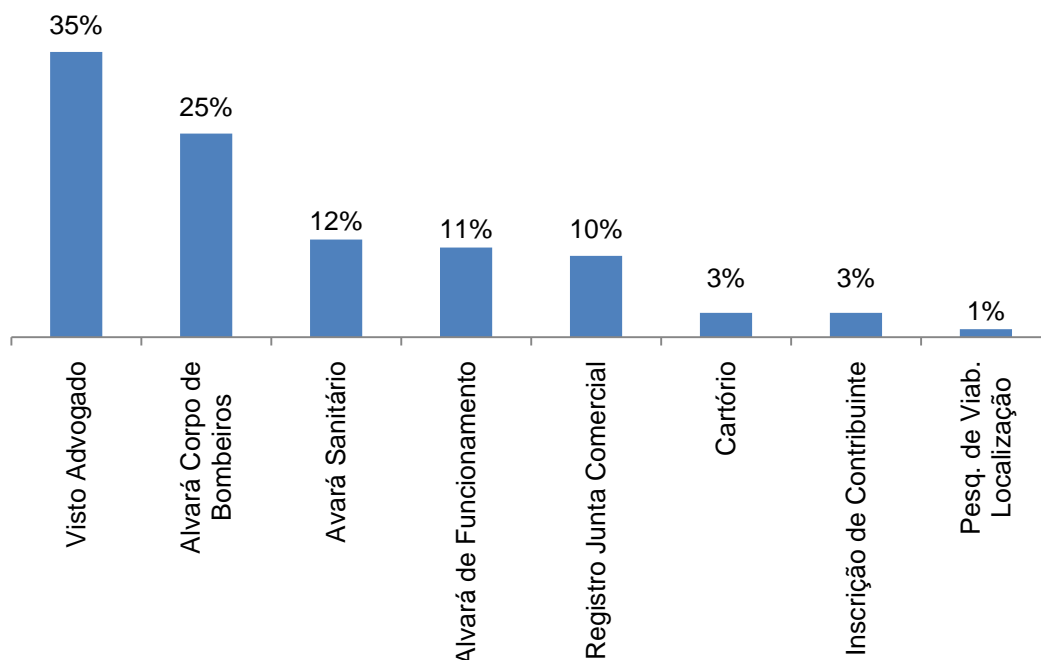


GRÁFICO 2 - FORMAÇÃO DO CUSTO DE ABERTURA DE EMPRESAS NO BRASIL
FONTE: FIRJAN (2010)

É possível perceber a grande complexidade na formação do custo total para a abertura de uma empresa, formado por nove custos separados. Na qual o alvará do corpo de bombeiros e o visto com o advogado são os maiores custos, representando juntos 60% do valor total.

A partir dessa análise é possível concluir que o Brasil apresenta um alto custo e falta de eficiência no processo de abertura de uma empresa o que diminui a competitividade no mercado brasileiro na abertura e formalização de empresas. No próximo capítulo será realizada uma análise mais aprofundada da informalidade no Brasil.

3 INFORMALIDADE NO BRASIL

Além de entender o conceito e as causas da informalidade é importante que o leitor tenha uma compreensão do comportamento do mercado informal na realidade brasileira, para isso esse capítulo apresentará o comportamento da informalidade entre a década de 1980 até a atualidade e por fim abordará o perfil do mercado informal brasileiro. Assim será possível uma maior compreensão dos problemas, necessidades e características que predominam na realidade local e como será possível atuar a favor da queda da informalidade brasileira.

3.1 COMPORTAMENTO DA INFORMALIDADE AO LONGO DA HISTÓRIA

Desde a década de 1980 a economia brasileira se caracterizou por uma elevada proporção de trabalhadores informais. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apontou que em 1981 os trabalhadores sem carteira assinada somavam 28% da população ocupada.

Segundo CEPAL, PNUD e OIT (2008) a alta presença de trabalhadores informais está diretamente ligada com o cenário político e econômico do Brasil na década de 1980, conhecido como a “década perdida”, marcada por um período com brutal desaceleração da economia brasileira em resposta ao forte impacto que o Brasil e outros países da América Latina tiveram com a crise externa, tanto pelas restrições de divisas como pela aceleração da inflação e tentativas fracassadas de estabilização.

Na década de 1980 a taxa média de crescimento anual da indústria de transformação - setor com maior grau de formalidade – foi de apenas 1,5%. Em contrapartida há maior participação do setor de serviços dentro da economia com a criação e ampliação de atividades informais como estratégia utilizada para a sobrevivência dos agentes econômicos.

No final da década de 80 houveram diversas reformas no Brasil, com duas mudanças bem expressivas: a) redução da presença do Estado na economia com processo de privatização e b) abertura comercial e financeira. Essas mudanças alinhadas com um ambiente econômico de baixo crescimento geraram elevação no grau de informalidade no mercado brasileiro durante toda década de 1990.

Com a economia pouco dinâmica e sob o impulso da abertura comercial, a indústria brasileira, principalmente as empresas sujeitadas à concorrência internacional, começaram a se reestruturar com o objetivo de enfrentar a competição das empresas estrangeiras. Essa reestruturação levou a uma forte retração do setor e como consequência houve a queda na ocupação na indústria. Dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) para os anos de 1990 à 1998, mostram que a indústria foi responsável por cerca de dois terços do declínio do emprego formal no período 1990-1992 e que reduziu as contratações formais de 1993 a 1998 (na contramão da economia como um todo).

Em contrapartida houve expansão do setor de serviços, caracterizado por alto grau de informalidade, o que compensou parte da queda da ocupação na indústria. Observou-se também aumento do trabalho autônomo, da contratação por meio de cooperativas de trabalho, do estágio e da contratação como pessoa jurídica.

Em 1994, com o Plano Real, houve a estabilidade de preços e o controle da inflação, que geraram uma melhora na situação econômica brasileira, porém seu ritmo de expansão prosseguiu alternando por altas e baixas do PIB até o ano de 2006. A taxa de crescimento da ocupação informal começa a cair a partir de 2000 enquanto observa-se um aumento na taxa de crescimento da ocupação formal. Situação que podemos comprovar com os dados apresentados na TABELA 2.

TABELA 2 - TAXAS MÉDIAS DE EXPANSÃO DE OCUPAÇÃO TOTAL, FORMAL E INFORMAL - BRASIL, 1993 A 2006 (EM %)

OCUPAÇÃO	1993-1999	2000-2006
Formal	0,9	4,1
Informal	1,7	1,2
Total	1,4	2,5

FONTE: IBGE 2013

Ainda não há um consenso sobre as principais causas do aumento da formalização no mercado de trabalho nos últimos anos, mas a OIT aponta como algumas das possíveis causas: (a) crescimento da economia, sobretudo a partir de 2004; (b) término do ciclo de reestruturação na indústria de transformação; (c) retomada do crescimento de mão de obra no setor; (d) projeto do governo Projeto do Simples Nacional e o novo Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (2006).

3.2 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA INFORMALIDADE ENTRE OS ANOS DE 2003 A 2012

Mensurar o tamanho e o comportamento da informalidade é complexo e problemático já que o tema carece de qualquer registro formal. No Brasil não há uma metodologia de mensuração prevalente sobre o tema, por isso este trabalho terá como base os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 2013, na qual utilizará como alternativa para medir a evolução da informalidade a relação entre o número da população ocupada e o número de trabalhadores com ou sem carteira de trabalho assinada.

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA E TRABALHADORES COM CARTEIRA ASSINADA - BRASIL, 2003 A 2012

ANO	TRABALHADORES COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	POPULAÇÃO OCUPADA
2003	7.349	18.511
2004	7.475	19.069
2005	7.866	19.567
2006	8.240	19.903
2007	8.663	20.432
2008	9.303	21.143
2009	9.509	21.273
2010	10.191	22.011
2011	10.888	22.449
2012	11.287	22.941

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego* (2012).

*NOTA: Médias das estimativas mensais

Observa-se que a população ocupada foi de 18,5 mil em 2003 para 22,9 mil em 2012, o que representou um crescimento de 24%, enquanto a evolução do número de empregados com carteira assinada aumentou de 7,3 mil em 2003 para 11,2 mil para 2012 o que totalizou um crescimento de 53,6%. Como a evolução do número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado foi maior que o número da população ocupada percebe-se um indicativo da queda da informalidade no mercado brasileiro.

Outra análise interessante é a relação entre a evolução dos trabalhadores com carteira assinada, onde é englobado os trabalhadores do setor privado e público e a queda dos trabalhadores sem carteira assinada do setor privado e público (pessoas que se declararam com ocupação sem registro formal na PNAD).

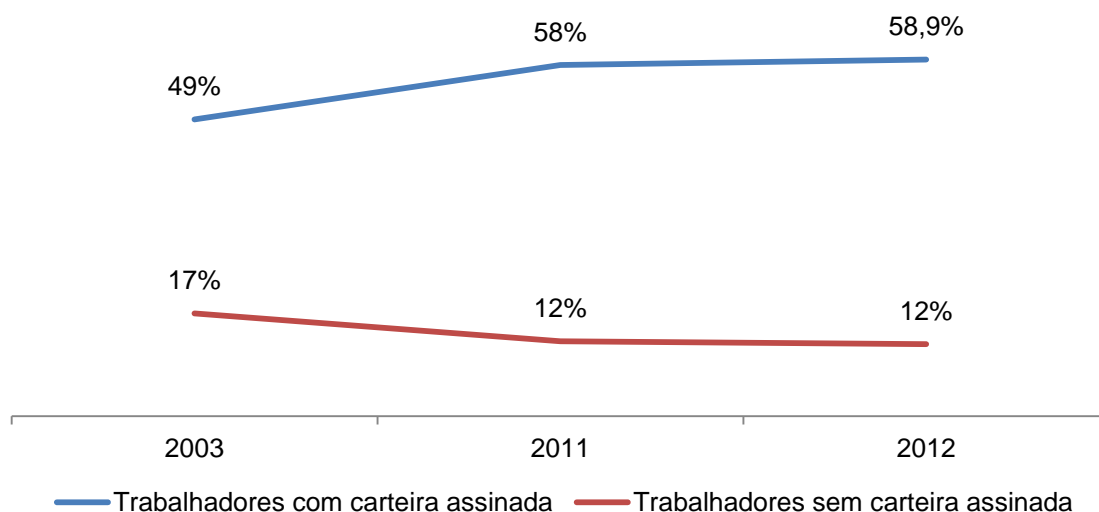


GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES COM E SEM CARTEIRA ASSINADA DO TOTAL DA POPULAÇÃO OCUPADA (EM %) - BRASIL
 FONTE: PME / IBGE (2012), a partir de dados da PNAD.

A partir do gráfico percebe-se que a porcentagem de trabalhadores com carteira assinada da população ocupada aumentou de 49% no ano de 2003 para 58,9% o ano de 2012, enquanto houve a queda do número de trabalhadores informal de 17% no ano de 2003 para 11,9% no ano de 2012, outro indicativo da queda da informalidade nesse período no mercado brasileiro.

3.3 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO MERCADO INFORMAL BRASILEIRO

Conhecer o perfil e as necessidades dos agentes econômicos envolvidos na economia informal brasileira é imprescindível para entendermos como o MEI pode impactar na queda da informalidade.

Segundo Ecinf (2003), a fim de entender melhor o perfil das empresas e trabalhadores informais brasileiros separou todas as atividades em: (a) indústria de transformação e extrativa; (b) comércio e reparação; (c) construção civil; (d) serviços de alojamento e alimentação; (e) transporte, armazenagem e comunicações; (f) atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas; (g) educação, saúde e serviços sociais; (h) outros serviços coletivos, sociais e pessoais e (i) outras atividades. As atividades com maior destaque foram: comércio e reparação (33%); construção civil (17%) e indústria de transformação e extrativa (16%).

Em 2003 somava no Brasil 10.335.962 de empresas informais, número referente a 98% das pequenas empresas (empresas com até cinco funcionários e não agrícolas). O setor informal empregava cerca de 13.860.868 pessoas, incluindo trabalhadores por conta própria, pequenos empregadores, empregados sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores não remunerados (IBGE 2003).

O setor informal era formado por 88% de trabalhadores por conta própria e 12% por pequenos empregadores. O que mostra que a maior parte da informalidade é formada por trabalhadores que trabalham sozinhos, sem sócio ou com ajudante não remunerado. O sexo masculino predomina com 64% das pessoas ocupadas na informalidade, enquanto as mulheres representam os outros 36%.

Outro dado importante da pesquisa mostra o baixo nível de escolaridade dos trabalhadores informais, onde 36% tinham o primeiro grau incompleto, 22% tinham o ensino médio completo e apenas 7% dos trabalhadores tinham nível superior completo.

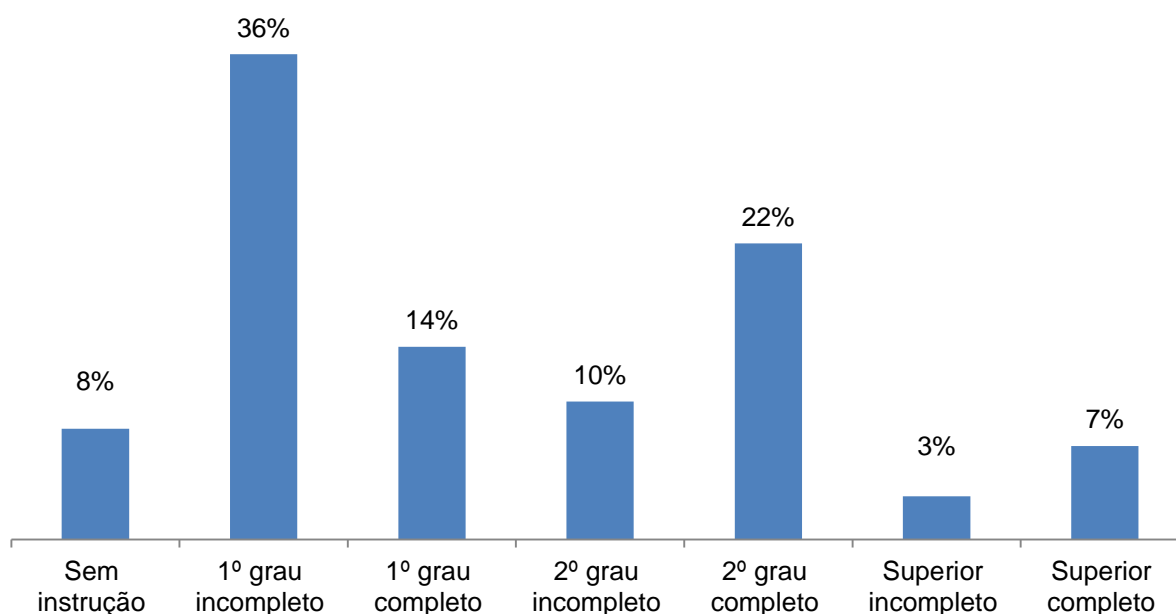


GRÁFICO 4 - NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA NO MERCADO INFORMAL
FONTE: IBGE (2003).

Quando analisada as motivações do trabalhador migrar para a informalidade temos que aproximadamente 31% iniciaram na atividade informal, pois procuraram emprego anteriormente, mas não encontraram. Já quando analisamos apenas o

sexo feminino 32% das mulheres foram atuar no setor informal na busca de complemento na renda familiar. Também é importante perceber que para ambos os sexos a independência é uma motivação importante, que mostra a importância que os profissionais dão para a flexibilidade de horário e escopo de trabalho. O GRÁFICO 5 mostra a relação de todas as razões citadas na pesquisa.

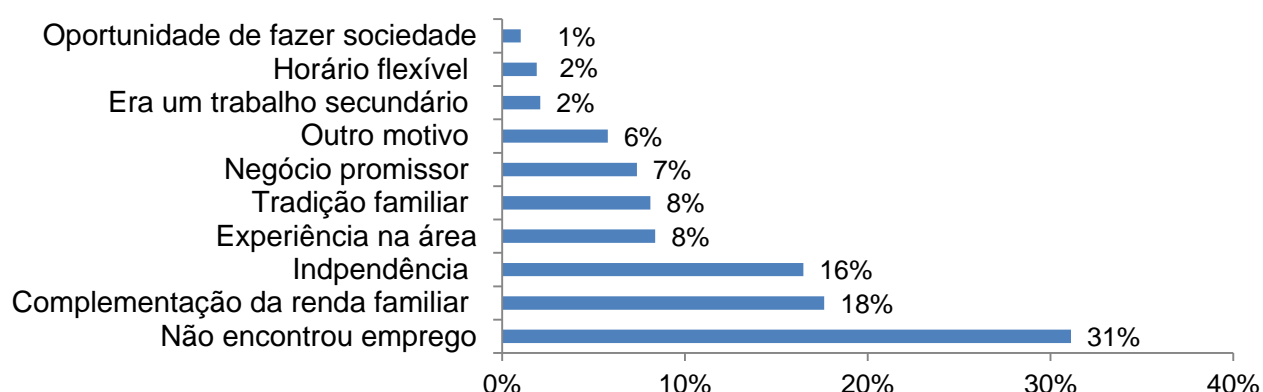


GRÁFICO 5 - MOTIVO QUE LEVOU O PROFISSIONAL A INICIAR O NEGÓCIO INFORMAL

FONTE: IBGE (2003)

Preponderantemente os proprietários do setor informal trabalhavam somente em uma empresa, apenas 10% tinham mais de um trabalho, e destes, 27% eram proprietários da outra empresa informal, 24% eram empregados sem carteira assinada e 23% eram funcionários públicos. Dos proprietários que trabalhavam também no setor formal, aproximadamente 34% considerava o trabalho formal como o principal, enquanto 66% consideravam o setor formal como o principal por julgar ser o mais estável, na qual percebe-se uma causa não econômica que influencia a decisão dos agentes econômicos no mercado de trabalho.

Entre as dificuldades dos agentes econômicos na informalidade a pesquisa Ecinf (2003), destaca: a falta de clientes, a concorrência muito grande, o baixo lucro e a falta de capital próprio. Por outro lado é significativo o número de pessoas que indicaram que não tiveram dificuldades. Segue gráfico com os resultados.

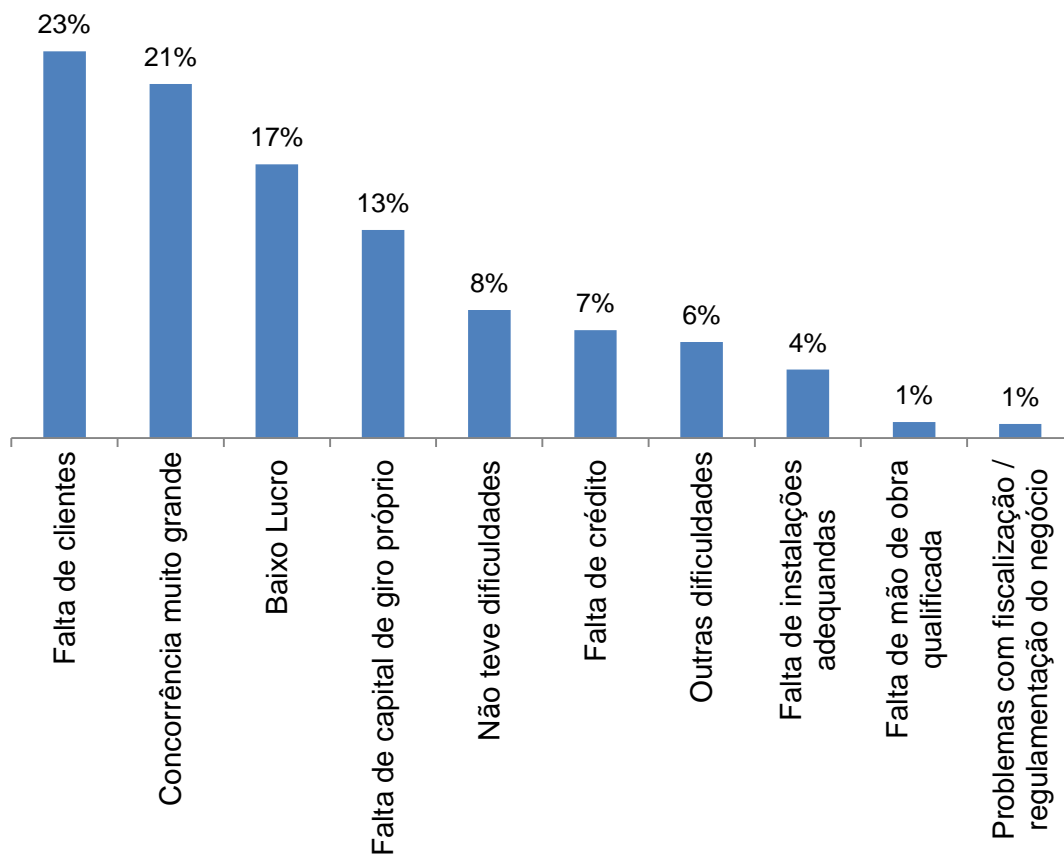


GRÁFICO 6 - AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES PARA DESENVOLVER O NEGÓCIO INFORMAL - BRASIL, 2003

FONTE: IBGE (2003)

Vale ressaltar que um dos problemas presentes são os problemas com fiscalização/regulamentação do negócio, dificuldade que está estreitamente ligada com o foco analisado nesse trabalho.

4 ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS A FAVOR DA QUEDA DO MERCADO INFORMAL

O arcabouço da informalidade brasileira pode ser dividido entre o aspecto histórico e o estrutural. Do lado histórico o mercado brasileiro desde os anos de 1980 tem um crescimento incapaz de absorver toda a mão de obra disponível, fazendo com que essa mão de obra ociosa tivesse que criar meios de sobrevivência. Enquanto do lado estrutural o governo brasileiro não conseguiu criar um cenário dinâmico e atrativo para a formalização desses pequenos empreendimentos que surgem do problema histórico do crescimento de mercado.

Nesse cenário é possível perceber a importância dos pequenos empreendimentos para a sociedade e a economia brasileira, mas ainda era necessário entender como o governo através da lei e dos projetos conseguiria trazer esses pequenos empreendimentos para dentro do mercado formal brasileiro.

Foi a partir dos anos de 80 que o governo brasileiro começou o movimento de valorização das microempresas e empresas de pequeno porte e por anos os esforços governamentais se mantiveram na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, já no ano de 2004 o governo passou a notar a existência de uma grande massa de trabalhadores e empreendimentos que não tinham suas necessidades atendidas pela Lei Geral. Em 2009 entra em vigor o Microempreendedor Individual com o objetivo de atender a necessidade desses trabalhadores e empresas a fim de trazê-los para a formalidade. Esse capítulo apresentará as principais ações adotadas pelo governo e pelos órgãos brasileiros com objetivo de diminuir a informalidade brasileira.

4.1 LEI GERAL DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Segundo o Observatório da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (2014) se tem que o marco inicial da valorização do governo com as microempresas e empresas de pequeno porte foi à inclusão dos artigos 170 e 179 na Constituição de 1988 instituindo um tratamento jurídico diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte em âmbito federal, estadual e municipal, que visava o incentivo a formalização pela simplificação, eliminação ou redução de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias.

Nos anos 90 foi registrado o Simples Federal – que tratava de um sistema simplificado de recolhimento de tributos e contribuições federais – e a criação do estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – que instituiu benefícios administrativos, trabalhista, de crédito e de desenvolvimento empresarial, mas seus benefícios estavam limitados à atuação do governo federal. Ambos os mecanismos não foram suficientes para beneficiar as microempresas e empresas de pequeno porte uma vez que atuavam apenas no âmbito federal, mantendo a complexidade e os custos dos tributos municipais e federais.

Foi então em 2003 que houve a união do Movimento Nacional das Micro e Pequenas Empresas (Monampe), da Associação Brasileira dos Sebrae/Estaduais (Abase) e do Sebrae para apoiarem às reformas tributárias e a elaboração das emendas constitucionais. Em junho do mesmo ano o Sebrae divulgou o documento: Justiça Fiscal às Micro e Pequenas Empresas – Proposta de Emendas à PEC 41, que consistia em introduzir no capítulo da Constituição referente ao Sistema Tributário Nacional a possibilidade de ser criada uma lei complementar que viesse a regulamentar o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para os pequenos negócios. A proposta foi batizada como “Lei Geral da Pequena Empresa” e entrou em vigor apenas em dezembro de 2006.

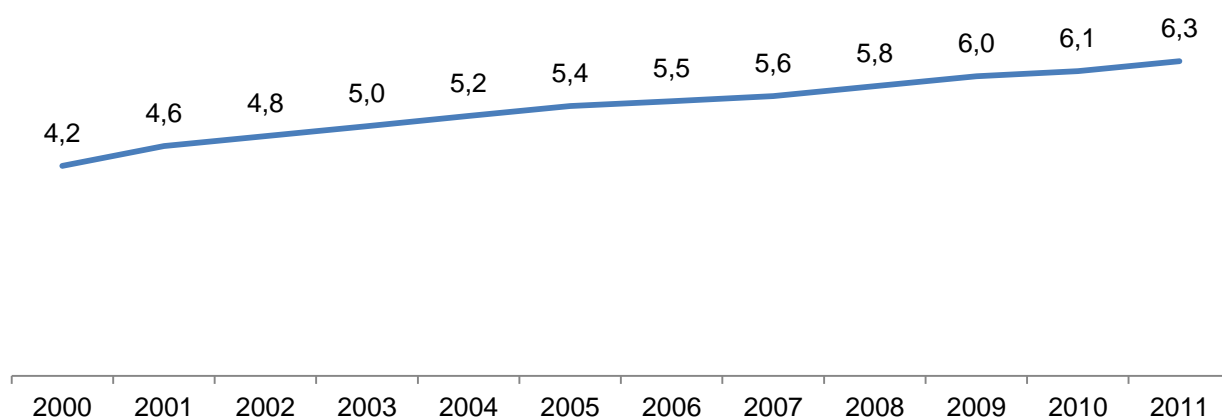


GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MPE - BRASIL, 2000 - 2011 (EM MILHÕES)
 FONTE: MTE, Rais (2007)

Como é possível perceber no gráfico as MPE já apresentam um crescimento desde o ano de 2000 e a criação da Lei Geral da micro e pequena empresa serviu como base para esse crescimento. Mas ainda estava em pauta para o governo

brasileiro no ano de 2006 a criação do Simples Nacional, que será abordada no próximo tópico.

4.2 CRIAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL

Por meio da Lei Geral, foi instituído em julho de 2007 o Simples Nacional, regime tributário específico para o segmento da microempresa e empresa de pequeno porte, com redução da carga de impostos e simplificação dos processos de cálculo e recolhimento.

Segundo o Observatório da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (2014), o Simples Nacional destacou-se por abranger todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e unificar o recolhimento tributário de quatro impostos (IRPJ, IPI, ICMS e ISS) e quatro contribuições (CSLL, COFINS, CPP e PIS/Pasep) através do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) e repassar a arrecadação para as contas da União, Estado e Município.

Dados disponibilizados pela Receita da Fazenda mostram que, somente no ano de 2007, ocorreram 1.946.110 pedidos de opção pelo Simples Nacional.

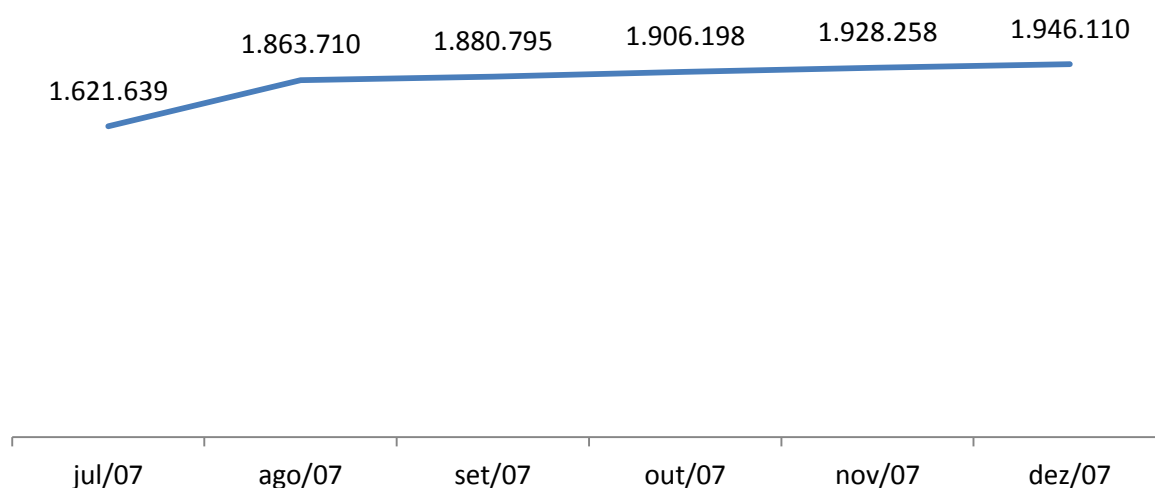


GRÁFICO 8 - NÚMERO DE PEDIDOS DA OPÇÃO PELO SIMPLES NACIONAL

FONTE: Receita Federal do Brasil – Ministério da Fazenda (2007)

É possível observar no GRÁFICO 7 que em julho de 2007, mês que o regime começa a vigorar tiveram 1.621.639 pedidos para o Simples Nacional e

depois a evolução de novos pedidos continuam crescendo, porém com menor velocidade. É possível analisar também a evolução anual dos pedidos pelo Simples Nacional.

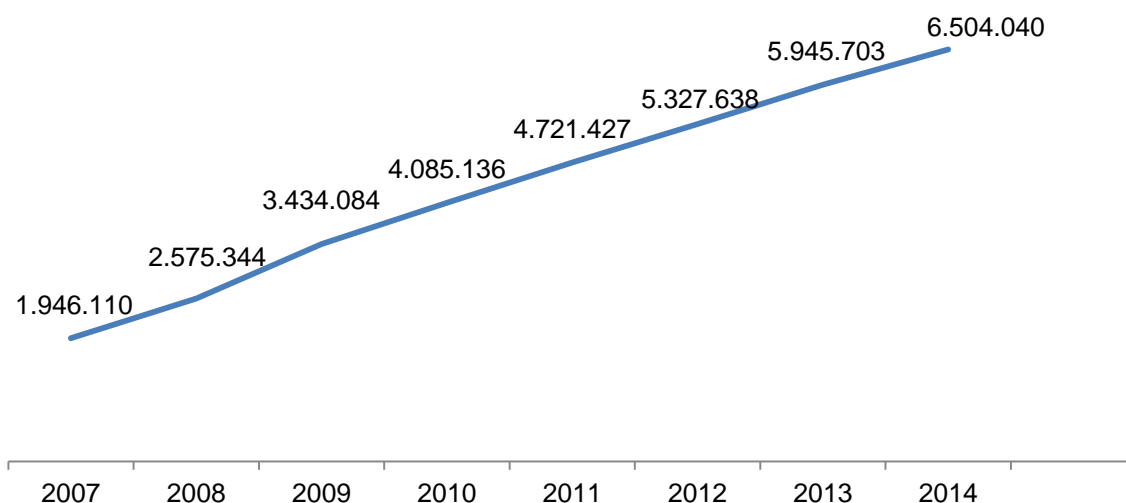


GRÁFICO 9 - NÚMERO DE PEDIDOS DA OPÇÃO PELO SIMPLES NACIONAL - BRASIL, 2007 A 2014.

FONTE: Receita Federal do Brasil – Ministério da Fazenda (2015)

A partir dos dados anuais percebe-se que o crescimento pelo número de pedidos pela opção Simples Nacional tem um crescimento acelerado ao longo dos anos. Comparando os dados dos gráficos “Pedidos do Opção pelo Simples Nacional” e “Evolução dos estabelecimentos por porte” no ano de 2011, temos que em 2011 haviam 6,3 milhões de empresas de micro e pequeno porte e 4,7 milhões de pedidos pela opção do Simples Nacional, o que mostra que aproximadamente 75% das microempresas e empresas de pequeno porte solicitaram a opção pelo regime Simples Nacional.

4.3 CRIAÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

Em 2008 foi instituída a figura do “MEI” Microempreendedor Individual, por meio da Lei Complementar nº 128/2008, que altera a Lei Complementar nº 123/2006 (Lei Geral da MPE) e passou a vigorar em julho de 2009.

Criou-se um regime tributário específico para os empreendedores individuais (SIMEI), que isenta o empreendedor individual dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL), pagando apenas um valor fixo mensal referente

aos tributos ICMS, INSS e ISS (os valores sofrem alteração de acordo com o setor de atuação da empresa – indústria, serviço ou comércio). Além de um sistema de inscrição diferenciado, que simplifica, torna *online* e gratuito o processo de abertura dessas empresas.

O MEI criou a oportunidade de formalização para micro-negócios e pessoas que trabalhavam por conta própria, mas não tinham condições em faturamento, número de trabalhadores ou receita em vendas para se enquadrarem na Lei Geral da MPE, como será visto no capítulo a seguir.

5 ANÁLISE DO PROGRAMA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

A fim de completar o estudo de como o MEI ajuda na queda da informalidade brasileira esse capítulo trará uma análise qualitativa do MEI em comparação com a MPE e uma análise quantitativa com o objetivo de mostrar o comportamento do MEI em relação às empresas brasileiras.

5.1 ANÁLISE QUALITATIVA COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO DA MPE E DO MEI

Para entender como cada categoria da Lei Geral foi importante para o mercado brasileiro e como cada uma delas ajudou na queda da informalidade é necessário conhecer as características da categoria MPE e MEI dentro da Lei Geral. Neste tópico serão apresentados dados como: público alvo, pré-requisitos para o enquadramento e carga tributária de cada categoria.

5.1.1 Características da categoria: Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e o Simples Nacional

A Lei Geral focada na Microempresa e Empresa de Pequeno Porte tem como objetivo formalizar empresas, que podem ser definidas como: a sociedade empresária, a sociedade simples ou o empresário individual devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - Microempresas: aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$360.000,00;

II - Empresas de pequeno porte: aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00.

O regime tributário Simples Nacional unifica e centraliza os impostos e contribuições federais através da DARF (Documento de Arrecadação de Receitas Federais), além da possibilidade de inclusão de impostos estaduais e municipais quando existirem convênios. O recolhimento unificado é calculado com base em uma alíquota firmada de acordo com a renda bruta da empresa e abarca os seguintes tributos: IRPJ, IPI, ICMS, ISS, CSLL, COFINS, CPP e PIS/Pasep. O

regime isenta as empresas contribuintes do pagamento das contribuições instituídas pela União, destinadas ao Sesc, ao Sesi, ao Senai, ao Senac, ao Sebrae, e seus congêneres, bem assim as relativas ao salário-educação e à Contribuição Sindical Patronal.

Entretanto é necessário saber que dependendo da atividade e segmento de atuação, as MPE podem estar sujeita a outros impostos, taxas e contribuições e, nesse caso, terão de pagar de forma adicional ao Simples Nacional, através das regras e procedimentos de cada tributo ou contribuição específica.

O Simples Nacional ainda é restrito para alguns segmentos, na qual praticamente todas as atividades de comércio e indústria podem aderir, porém as atividades de serviço tem ainda uma lista grande de restrições.

Por fim para se enquadrar como MPE não há nenhuma regra quanto ao número de funcionários, número de filiais e participação dos sócios.

5.1.2 Características da categoria: Microempreendedor Individual e o SIMEI

O enquadramento como MEI na Lei Geral da MPE tem como objetivo formalizar a pessoa que trabalha por conta própria, em sua residência ou em uma pequena empresa ou loja, desde que atendam os pré-requisitos:

I - Faturar até R\$ 60.000,00 por ano

II - Não participar de outra empresa, como sócio ou titular

III – Trabalhar sozinho ou ter no máximo um empregado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria

IV – Não possuir filial

O Microempreendedor Individual em seu cadastro opta automaticamente pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (SIMEI), independentemente da receita bruta por ele auferida no mês/ano. A unificação da tributação ocorre através da DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional) que abarca a contribuição previdenciária, o ICMS e o ISS, quando cabíveis. Os valores pagos mensalmente pelo MEI correspondem a:

I - R\$ 36,20 (5% do salário mínimo) para a previdência social (INSS);

II - R\$ 5,00 para o município (ISS), quando a atividade for de serviço;

III - R\$ 1,00 para o estado (ICMS), se tiver produtos comercializados.

Pela Lei Complementar, ficam reduzidos à zero os valores referentes a taxa e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença, ao cadastro e aos demais itens relativos à abertura/legalização empresarial do MEI. O processo de formalização é feito pela internet e tem o prazo médio de 180 dias necessários para até o início das atividades do microempreendedor individual.

Por fim, a formalização através do MEI contempla uma lista de atividades, que em resumo abrange quase todas as atividades que podem optar pelo Simples Nacional, além de uma lista enorme de atividades realizadas por conta própria, como por exemplo: barbeiro, cantor, doceiro e taxista. A lista completa das atividades contemplada pelo MEI pode ser encontrada no anexo.

5.1.3 Quadro comparativo

A partir das informações do Portal do Empreendedor e do Sebrae foi feito um quadro comparativo entre o regime destinado para cada enquadramento da Lei Geral da MPE.

	RECEITA BRUTA ANUAL	FORMA DE ARRECADAÇÃO	TRIBUTOS UNIFICADOS			ABERTURA DA EMPRESA	
			FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	CUSTO MÉDIO	PRAZO MÉDIO
MEI	R\$ 60.000,00	Unificada	INSS	ICMS	ISS	R\$ 0,00	180 dias
ME	R\$ 360.000,00	Parcialmente unificada	IRJP / CSLL / PIS-Pasep / Cofins / IPI / INSS	ICMS	ISS	R\$ 2.038,00	155 dias
EPP	R\$ 3.600.000,00	Parcialmente unificada	IRJP / CSLL / PIS-Pasep / Cofins / IPI / INSS	ICMS	ISS	R\$ 2.038,00	155 dias

QUADRO 1 - COMPARATIVO DAS CARACTERÍSTICAS DO MEI, ME E EPP.

FONTE: Elaboração própria.

É possível notar que pelo fator volume da carga tributária a opção pelo MEI é mais vantajosa em comparação com a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte, pois a carga tributária paga mensalmente pelo microempreendedor é

relativamente mais baixa do que para a micro e pequena empresa, uma vez que o MEI é isento de alguns impostos federais.

No que se refere ao fator complexidade e controle do sistema tributário o MEI também leva vantagem uma vez que o regime SIMEI é totalmente unificado através de um pagamento único, enquanto o regime Simples Nacional é parcialmente unificado, envolvendo tributos que podem ser unificados mediante possibilidade de convênio em seu estado ou município e outros tributos que são pagos além do Simples Nacional através das regras e procedimentos de cada tributo ou contribuição específica.

Por outro lado quando analisamos o fator pré-requisitos necessários para o enquadramento, o MEI além do valor do faturamento bruto e a atividade exercida apresentam outras restrições como o número de funcionários, a ocupação do empreendedor e a existência de filiais. Enquanto a MPE apresenta apenas o faturamento bruto como restrição.

Quando analisado o fator custo na abertura da empresa, percebe-se que a opção do MEI é mais vantajosa por ter esse custo reduzido à zero, enquanto o valor para a MPE ainda é muito alto no Brasil, na média R\$ 2.038,00. Por fim quando comparado o fator burocracia na abertura da empresa, por mais que o prazo médio para a abertura da MPE apresente uma vantagem de 35 dias nas estatísticas apresentadas o seu processo de registro e abertura é muito mais burocrático se comparado com a formalização do MEI, uma vez que o processo do MEI é feito de forma *online* e o da MPE passa por 17 procedimentos e até 15 órgãos do governo, o que aumenta o risco de prolongamento do prazo médio.

5.2 ANÁLISE QUANTITATIVA

Com o objetivo de aperfeiçoar o entendimento do tema proposto por esse trabalho é importante analisar todo o conteúdo tratado até o momento através de uma análise de dados quantitativos. Por isso esse tópico mostrará a evolução do MEI e das empresas no mercado brasileiro entre os anos de 2009 a 2012, além de apresentar uma distribuição por setores e atividades que operam através do MEI.

5.2.1 Análise quantitativa da evolução do MEI e das empresas brasileiras entre os anos de 2009 a 2012

Com o objetivo de ajudar na conclusão desse trabalho e entender a importância do MEI para a queda da informalidade brasileira é imprescindível analisar como foi a evolução do MEI junto às empresas brasileiras. Para isso será analisado nesse tópico a evolução das empresas de todos os portes entre o ano de 2009 (ano que o MEI passou a vigorar) até o ano de 2012. A análise será feita com base em dados apresentados pelo estudo “A evolução das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte 2009 a 2012” divulgada em julho de 2014 e que se utilizou de dados do Cadastro SEBRAE de Empresas (CSE), que consolida e trata dados oriundos da Receita Federal do Brasil (CNPJ, DASN, DIPJ e Optantes pelo Simples), do Ministério do Trabalho (RAIS) e dos Sistemas de Atendimento do Sebrae.

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE EMPRESAS POR PORTE - BRASIL, 2009 A 2012.

PORTE	2009	2010	2011	2012	(2012/2009)
MEI	47.987	793.799	1.664.447	2.640.400	5402,3%
ME	4.113.929	4.769.078	4.940.321	5.152.562	25,2%
EPP	660.594	791.073	891.659	945.070	43,1%
MGE	127.781	148.977	159.908	167.592	31,2%
Total	4.950.291	6.502.927	7.656.335	8.905.624	79,9%

FONTE: CSE (2014)

Segundo os dados apresentados na tabela acima percebe-se que houve um aumento de 80% no número geral das empresas brasileiras durante os anos de 2009 a 2012, que passou de 4.950.291 para 8.905.624, o que correspondeu a um crescimento médio anual de 22%. Esse desempenho foi fortemente alavancado pelo aumento na quantidade de microempreendedores individuais, que saiu de aproximadamente 48 mil de 2009 para 2,6 milhões em 2012.

Outro dado importante a ser analisado é o crescimento da participação do MEI no número de empresas brasileiras que passou de 1% em 2009 para 29,6% em 2012. Enquanto a Microempresa consequentemente perde sua participação relativa de 83,1% em 2009 para 57,9% em 2012 e a Empresa de Pequeno Porte também tem uma pequena queda de 13,3% de 2009 para 10,6% em 2012, como pode ser observado no GRÁFICO 10.

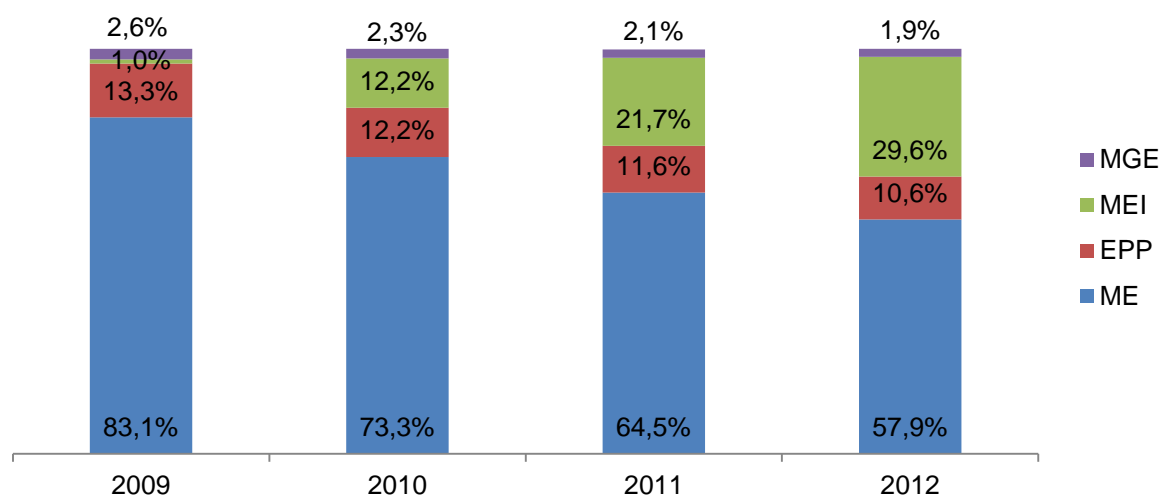


GRÁFICO 10 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS POR PORTE - BRASIL, 2009 A 2012.
 FONTE: CSE (2014)

Através de dados do Ministério da Fazenda (2015) é possível analisar a evolução da formalização de micro-negócios através do MEI, a partir de 2009, ano que a categoria passou a vigorar

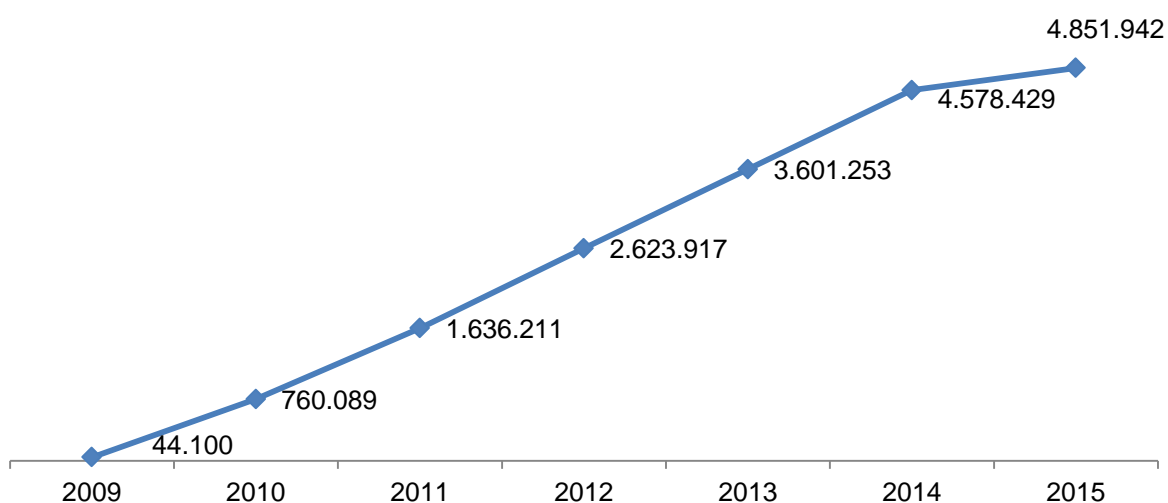


GRÁFICO 11 - NÚMERO DE PEDIDOS DA OPÇÃO PELO MEI- BRASIL, 2009 A ABRIL/2015.
 FONTE: Receita Federal do Brasil – Ministério da Fazenda (2015)

A evolução no número de microempreendedores individuais é expressiva, através de dados do Ministério da Fazenda temos que até o final do ano de 2009 o

número de inscrições chegou a 44.100 e a evolução durante os anos continua significativa, alcançando até abril de 2015 aproximadamente 4,8 milhões.

Por fim é possível notar que a grande evolução da participação do MEI junto as empresas brasileiras é consequência dos micro-negócios que já existiam na informalidade antes da possibilidade de formalização através do MEI. Essa informação é comprovada quando analisamos o GRÁFICO 10 abaixo, que foi retirado de uma pesquisa feita pelo Sebrae (2013) e mostra quanto tempo esses micro-negócios atuaram na informalidade antes de se formalizarem através do MEI.

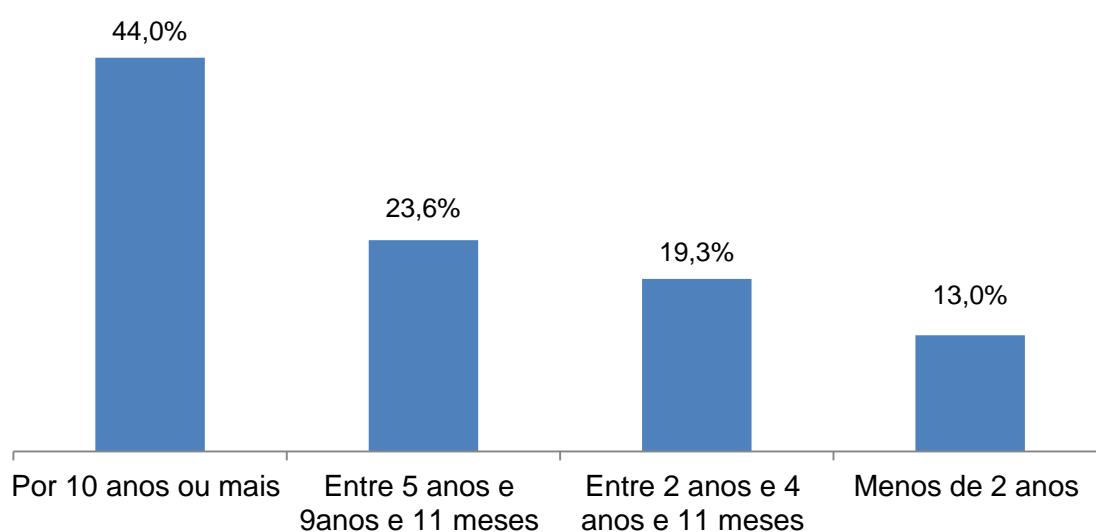


GRÁFICO 12 - TEMPO DE EMPREENDIMENTO INFORMAL (SEM CNPJ) ANTES DE TORNAR-SE MEI - BRASIL, 2013.

FONTE: SEBRAE (2013)

Mesmo com a Lei Geral da MPE e o Simples Nacional os trabalhadores optantes pelo MEI atuavam na informalidade antes da sua criação, isso acontecia por causa dos três principais problemas que impactam na decisão do trabalhador em operar na informalidade e não foram solucionadas com a criação da Lei Geral voltada para a MPE, que já abordamos nesse trabalho: (1) Elevada carga tributária, (2) Regulamentação e Controle do Sistema Tributário e (3) Custo e Burocracia na abertura da empresa.

5.2.2 Análise da participação do MEI e da MPE no mercado de trabalho brasileiro

Com base na pesquisa “Perfil do MEI 2012” realizado pelo Sebrae 2012 é possível comparar a participação do MEI e da MPE no mercado brasileiro. Quando comparado nas regiões brasileiras, percebe-se que o MEI mesmo sendo uma lei que está em vigor por pouco tempo já tem uma participação relativamente significativa em todas as regiões do Brasil. No Sudeste a participação do MEI já é praticamente a mesma do que a das MPE e em regiões onde há menor presença de empresas formais, no caso do Centro-oeste, Nordeste e Norte, o MEI tem uma participação maior do que as MPE.

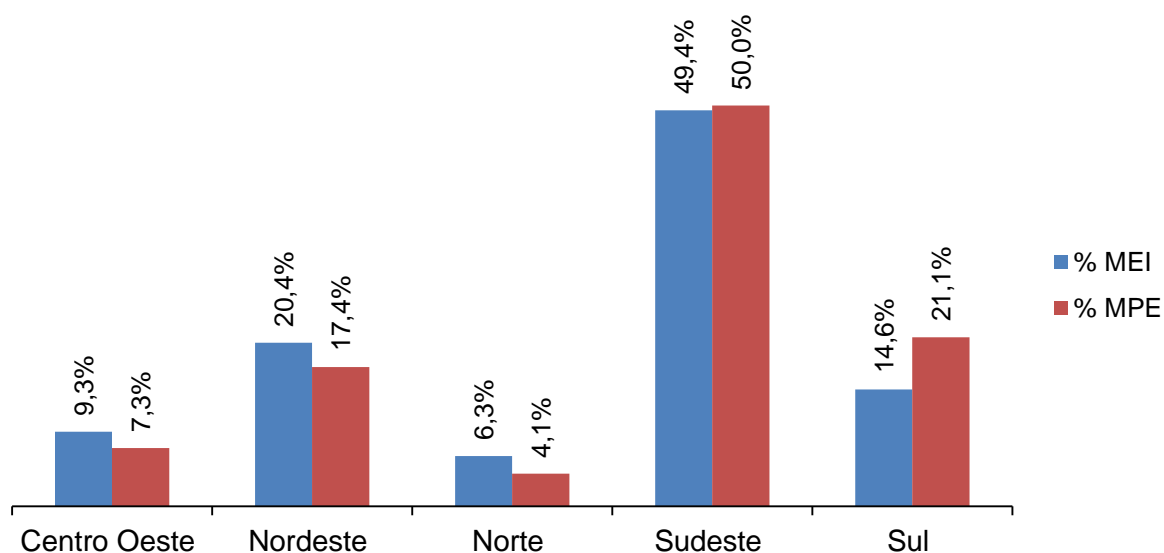


GRÁFICO 13 - PARTICIPAÇÃO REGIONAL NO NÚMERO TOTAL DE MEI E MPE - BRASIL, ATÉ AGOSTO 2013.

FONTE: SEBRAE, a partir de dados da Receita Federal (2013)

Por fim é importante analisar o comportamento da distribuição por setores e atividades optantes pelo MEI.

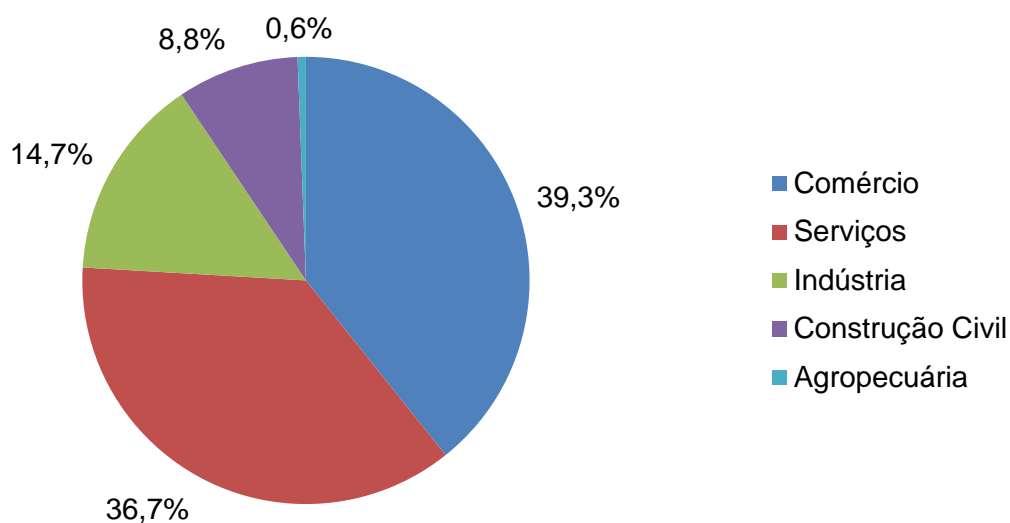


GRÁFICO 14 - DISTRIBUIÇÃO DE MEI POR GRANDE SETOR

FONTE: SEBRAE, a partir de dados da Receita Federal (2013)

A partir do gráfico é possível perceber que a distribuição segue com maior concentração nos setores caracterizados por alto grau de informalidade, como: comércio (39,3%) e serviços (36,7%), seguidos da indústria (14,7%), Construção Civil (8,8%) e Agropecuária (0,6%).

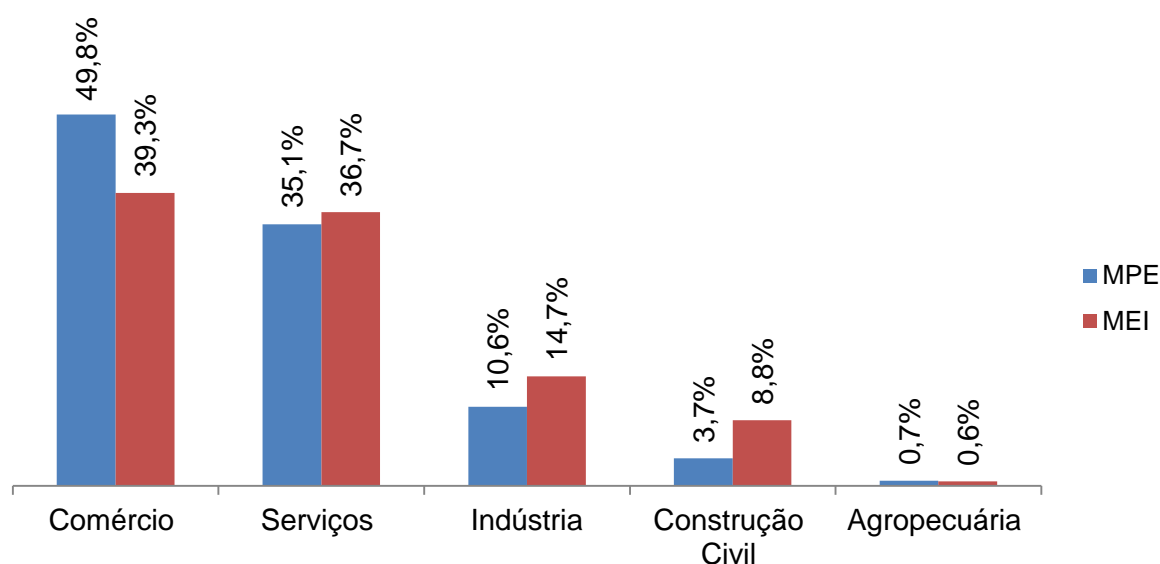


GRÁFICO 15 - DISTRIBUIÇÃO DE MEI E DE MPE POR SETORES

FONTE: SEBRAE, a partir de dados da Receita Federal (2013)

Em alguns desses setores e atividades o MEI já tem maior representatividade do que as MPE, como no setor de serviços com 36,7% de representatividade, indústria com 14,7% e construção civil com 8,8%.

Após a análise comparativa quantitativa da evolução da MPE e do MEI é possível corroborar o crescimento expressivo nos últimos anos do MEI em relação aos outros portes das empresas brasileiras. Por um lado, esse crescimento é justificado pelas vantagens comparativas geradas pelo MEI em comparação como a MPE nos fatores custo de abertura da empresa e simplificação do sistema tributário e por outro lado o crescimento é justificado quando observa-se a existência de um público alvo, do projeto de categoria, que já estava atuando de forma informal, principalmente em regiões com menor presença de empresas formais.

6 CONCLUSÃO

O Brasil sofreu historicamente com a falta de competitividade no seu mercado interno, onde o crescimento da economia formal não sustentou o crescimento de mão de obra e também não gerou condições de amenizar as barreiras da formalização dos micro-negócios que apareciam como opção de sobrevivência para aqueles que não conseguiam se manter na economia formal.

Quando analisadas as principais características do mercado informal brasileiro em 2003 percebe-se que a parte predominante dos profissionais informais trabalhava sozinho, sem sócios ou com ajudante não remunerado e exercem atividades com baixo valor agregado, como no comércio, na reparação (domiciliar e de veículos) e na construção civil (pedreiros e auxiliares).

Apresentou-se as principais barreiras para a formalização dos micro-negócios, como a carga tributária e a complexidade do sistema tributário; regulamentação e controle do sistema tributário; e por fim o custo e a burocracia na abertura da empresa. Mostrou-se que as características do MEI impactam diretamente na diminuição de cada uma das barreiras para a formalização.

Como vimos anteriormente, a queda da carga tributária junto com a diminuição da complexidade do sistema de tributação proporcionam ao trabalhador informal o incentivo de migrar para a formalidade. O Simples Nacional foi a primeira medida governamental de diminuição da carga tributária e da complexidade no sistema de tributação, mesmo com resultados significativos para as microempresas e empresas de pequeno porte ele ainda não conseguiu suprir as necessidades dos profissionais que trabalhavam por conta própria e exerciam atividades de baixo valor agregado. Através do SIMEI houve a diminuição da carga tributária e da complexidade do sistema de tributação, de forma que melhor se adequou com o perfil e as necessidades desses profissionais.

Quando analisado os fatores custo e burocracia na abertura da empresa, pode-se concluir que quanto maior a facilidade no momento de abertura e formalização da empresa e menor o tempo gasto com a burocracia e o custo envolvido no processo maior será o incentivo do trabalhador para se formalizar. No Brasil a formalização através do MEI foi a primeira medida governamental que se atentou diretamente a essas barreiras. O Simples Nacional e as outras leis em vigor

até então tinham seu foco voltado para a diminuição da carga tributária e da complexidade do sistema, mas não atuaram direto na diminuição do valor da abertura da empresa e continuaram com uma complexidade burocrática muito grande em seu processo. A legalização através do MEI reduziu a zero o custo para a abertura e formalização do micro-negócio e criou um processo unificado e *online* para o seu processo burocrático, diminuindo a possibilidade de erros no decorrer do processo e otimizando o prazo para a formalização.

Além dessa análise, os dados quantitativos levantados por esse trabalho corroboram a expressiva participação e evolução do MEI no mercado brasileiro. Observou-se que até abril de 2015 o número de micro-negócios formalizados através do MEI chegou a aproximadamente 4,8 milhões e segundo uma pesquisa do Sebrae (2013) esses profissionais já atuavam há anos como empreendimento informal antes de se formalizarem como MEI.

Em 2012, o MEI representava 30% das empresas formalizadas brasileiras, além de representar maior participação em alguns setores e atividades conhecidos pelo alto grau de informalidade, como serviços e construção civil, mas que agora estão tendo condições de se formalizarem.

Apresentou também grande participação em regiões com menor número de empresas formais, como Norte e Nordeste, onde o grande volume de mão de obra informal causou o surgimento de micro-negócios.

Vale ressaltar que além dos fatores econômicos abordados neste trabalho existem os fatores e as causas não econômicas que podem impactar diretamente na decisão de escolha do indivíduo em operar na economia formal ou informal. Ainda é necessário um maior estudo sobre os impactos dos fatores não econômicos no comportamento da informalidade de uma economia.

Conclui-se que as medidas voltadas para as MPE e para o Microempreendedor Individual são complementares e essenciais para a queda da informalidade brasileira, pois cada uma delas foi planejada para atingir um público e uma necessidade diferenciada. O MEI teve o seu papel importante na queda de informalidade brasileira uma vez que atuou diretamente na necessidade dos profissionais que exercem atividades de baixo valor agregado e operam por conta própria, que representavam 88% do mercado informal no Brasil com base no ano de 2003. Além de possibilitar a formalização de setores conhecidos com alto grau de informalidade, como serviços e comércio, e predominantemente em regiões com

baixa competitividade de empresas formais de médio e grande porte como Norte e Nordeste.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, F.G.; **Informalidade e terceirização: duas tendências opostas?**. Revista de Economia Política, vol.14. São Paulo, 1994.

CEPAL; PNUD; OIT: **O desempenho recente no mercado de trabalho**. Cap.1. Escritório da OIT no Brasil. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/estudo_indicadores_cap1_26.pdf>. Acesso em: 04/06/2015.

Doing Business in 2004; **Understanding Regulation**. World Bank, 2004. Disponível em:<<http://www.doingbusiness.org/~media/GIAWB/Doing%20Business/Documents/Annual-Reports/English/DB04-FullReport.pdf>>. Acesso em: 02/06/2015.

FURTADO, C.: Empresas – **A dura vida do empreendedor** . 2.ed. Brasília. Setembro, 2004. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=744:reportagens-materias&Itemid=39>. Acesso em: 02/06/2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: **Indicadores IBGE: Pesquisa Mensal de Emprego**. Brasília, 2013. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/retrospectiva2003_2013.pdf>. Acesso em: 04/06/2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: **Pesquisa Economia Informal Urbana (Ecinf)**. Brasília, 2003. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/ecinf2003.pdf>>. Acesso em: 04/06/2015.

PASCHOAL, A.S.; LUMIKOSKI, A.C; BUENO,B.S; SOUZA, C.T.M; **Economia Informal: Desafios ao estabelecimento de padrões de trabalho decente**. Escritório Nações Unidas no Brasil, Brasília, 2014.

PROUNI, M.W.; KREIN, D.K. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**.1.ed. Escritório da OIT no Brasil. Brasília, 2010.

Receita Fazenda: **Estatísticas Simples Nacional**. Disponível em:<<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arrecadacao/EstatisticasArrecadacao.aspx>>. Acesso em: 04/06/2015.

SCHNEIDER, F.; BUEHN, A.; MONTENEGRO, C.E.; **Shadow Economies All over the World New Estimates for 162 Countries from 1999 to 2007**, Policy Research Working Paper. Julho, 2010. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/3928/WPS5356.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02/06/2015.

SCHNEIDER, F.; ENSTE, D. **Shadow Economies: Size, Causes, and Consequences**. Vol. XXXVIII, p.77-114. Março, 2000 Disponível em: <<http://www.economics.uni-linz.ac.at/members/Schneider/files/publications/JEL.pdf>>. Acesso em: 02/06/2015.

SEBRAE: A Evolução das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte 2009 a 2012 – Brasil. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://observatorio.sebraego.com.br/conjuntura-economica/a-evolucao-das-microempresas-e-empresas-de-pequeno-porte-2009-a-2012-brasil>>. Acesso em: 04/06/2015.

SEBRAE: Cartilha do Microempreendedor Individual. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Menu%20Institucional/Cartilha%20MEI%20jan2014.pdf>>. Acesso em: 04/06/2015.

SEBRAE: Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas: A história de uma lei que veio fazer história. Brasília, 2007. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/Lei%20Geral%20das%20Micro%20e%20Pequenas%20Empresas%20livro.pdf>>. Acesso em: 04/06/2015.

SEBRAE: Observatório da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.cni.org.br/portal/main.jsp?lumPagelId=FF8081812658D379012665B59AB31CE5>>. Acesso em: 04/06/2015.

SEBRAE: Perfil do Microempreendedor Individual. Brasília, 2013. Disponível em: <http://ambientedigital.sebrae-rs.com.br/Download/Arquivos/Perfil_MEI_2013.pdf>. Acesso em: 04/06/2015.

SEBRAE; DIESSE: Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa. 5.ed. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/Emprego_destaque_13>. Acesso em: 04/06/2015.

Sistema FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro). Quanto custa abrir uma empresa no Brasil?. nº6. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/m69yUB>>. Acesso em: 02/06/2015.

ANEXO

Profissionais que podem se tornar Microempreendedores Individuais:

• Barraqueiro • Beneficiador de castanha • Bikeboy (ciclista mensageiro) • Bike propagandista • Bolacheiro / Biscoiteiro • Bombeiro hidráulico • Boneleiro (fabricante de bonés) • Bordadeiro • Borracheiro • Britador • Cabeleireiro • Calafetador • Caminhoneiro de cargas não perigosas • Cantor / músico independente • Capoteiro • Carpinteiro • Carpinteiro instalador • Carregador (veículos de transportes terrestres) • Carregador de malas • Carroceiro - coleta de entulhos e resíduos • Carroceiro – transporte de cargas • Carroceiro – transporte de mudanças • Cartazista, pintor de faixas publicitárias e de letras • Chapeleiro • Chaveiro • Chocolateiro • Churrasqueiro ambulante e em domicílio • Clicherista • Cobrador (de dívidas) • Colchoeiro • Coletor de resíduos não perigosos • Coletor de resíduos perigosos • Colocador de piercing • Colocador de revestimentos • Comerciante de inseticidas e raticidas • Comerciante de produtos para piscinas • Comerciante de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação • Comerciante de artigos de armarinho • Comerciante de artigos de bebê • Comerciante de caça, pesca e camping • Comerciante de artigos de cama, mesa e banho • Comerciante de artigos de colchoaria • Comerciante de artigos de cutelaria • Comerciante de artigos de iluminação • Comerciante de artigos de joalheria • Comerciante de artigos de óptica • Comerciante de artigos de relojoaria • Comerciante de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas • Comerciante de artigos de viagem • Comerciante de artigos de vestuário e acessórios • Comerciante de artigos eróticos • Comerciante de artigos esportivos • Comerciante de artigos fotográficos e para filmagem • Comerciante de artigos funerários • Comerciante de artigos médicos e ortopédicos • Comerciante de artigos para habitação • Comerciante de artigos usados • Comerciante de bebidas • Comerciante de bicicletas e triciclos; peças e acessórios • Comerciante de suvenires, bijuterias e artesanatos • Comerciante de brinquedos e artigos recreativos • Comerciante de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas • Comerciante de calçados • Comerciante de carvão e lenha • Comerciante de cestas de café da manhã • Comerciante de cosméticos e artigos de perfumaria • Comerciante de discos, cds, dvds e fitas • Comerciante de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo • Comerciante de embalagens • Comerciante de equipamentos de telefonia e comunicação •

Comerciante de equipamentos e suprimentos de informática • Comerciante de equipamentos para escritório • Comerciante de extintores de incêndio • Comerciante de ferragens e ferramentas • Comerciante de flores, plantas e frutas artificiais • Comerciante de fogos de artifício • Comerciante de gás liquefeito de petróleo (GLP) • Comerciante de instrumentos musicais e acessórios • Comerciante de laticínios • Comerciante de lubrificantes • Comerciante de madeira e artefatos • Comerciante de materiais de construção em geral • Comerciante de materiais hidráulicos • Comerciante de material elétrico • Comerciante de medicamentos veterinários • Comerciante de miudezas e quinquilharias • Comerciante de molduras e quadros • Comerciante de móveis • Comerciante de objetos de arte • Comerciante de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico • Comerciante de peças e acessórios para motocicletas e motonetas • Comerciante de peças e acessórios usados para veículos automotores • Comerciante de perucas • Comerciante de plantas, flores naturais, vasos e adubos • Comerciante de pneumáticos e câmaras-de-ar • Comerciante de produtos de limpeza • Comerciante de produtos de panificação • Comerciante de produtos de tabacaria • Comerciante de produtos farmacêuticos homeopáticos • Comerciante de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas • Comerciante de produtos naturais • Comerciante de produtos para festa e natal • Comerciante de produtos religiosos • Comerciante de produtos para dormir • Comerciante de sistema de segurança residencial • Comerciante de tecidos • Comerciante de tintas e materiais para pintura • Comerciante de toldos e papel de parede • Comerciante de vidros • Compoteiro • Confeccionador de carimbos • Confeccionador de fraldas descartáveis • Confeiteiro • Contador / técnico contábil • Costureiro de roupas • Coveiro • Cozinheiro que fornece refeições prontas e embaladas para consumo • Criador de animais domésticos • Criador de peixes ornamentais • Crocheteiro • Cuidador de idosos e enfermos • Cunhador de moedas e medalhas • Curtidor de couros • Customizador de roupas • Dedetizador • Depilador • Digitador • Disc Jockey (DJ) ou Video Jockey (VJ) • Distribuidor de água potável em caminhão pipa • Doceiro • Dublador • Editor de jornais, livros e revistas • Editor de lista de dados e de outras informações • Editor de vídeo • Eletricista de automóveis • Eletricista em residências e estabelecimentos comerciais • Encadernador / Plastificador • Encanador • Engraxate • Entregador de malotes • Envasador e empacotador • Estampador de peças do vestuário • Esteticista • Esteticista de animais-domésticos • Estofador 18 Cartilha do

Microempreendedor Individual Cartilha do Microempreendedor Individual 19 • Fabricante de absorventes higiênicos • Fabricante de açúcar mascavo • Fabricante de amendoim e castanha de caju torrados e salgados • Fabricante de águas naturais • Fabricante de alimentos prontos congelados • Fabricante de amido e féculas de vegetais • Fabricante de artefatos de funilaria • Fabricante de artefatos estampados de metal • Fabricante de artefatos para pesca e esporte • Fabricante de artefatos têxteis para uso doméstico • Fabricante de artigos de cutelaria • Fabricante de aviamentos para costura • Fabricante de balas, confeitos e frutas cristalizadas • Fabricante de bolsas / bolseiro • Fabricante de brinquedos não eletrônicos • Fabricante de calçados de borracha, madeira, tecidos e fibras • Fabricante de calçados de couro • Fabricante de chá • Fabricante de cintos / cinto • Fabricante de conservas de frutas • Fabricante de conservas de legumes e outros vegetais • Fabricante de desinfetantes • Fabricante de embalagens de cartolina e papel-cartão • Fabricante de embalagens de madeira • Fabricante de embalagens de papel • Fabricante de especiarias • Fabricante de esquadrias metálicas • Fabricante de fios de algodão • Fabricante de fios de linho, rami, juta, seda e lã • Fabricante de fumo e derivados do fumo • Fabricante de geléia de mocotó • Fabricante de gelo comum • Fabricante de guarda-chuvas e similares • Fabricante de guardanapos e copos de papel • Fabricante de instrumentos musicais • Fabricante de jogos recreativos • Fabricante de laticínios • Fabricante de letreiros, placas e painéis não luminosos • Fabricante de luminárias e outros equipamentos de iluminação • Fabricante de malas • Fabricante de massas alimentícias • Fabricante de meias • Fabricante de mochilas e carteiras • Fabricante de painéis e letreiros luminosos • Fabricante de pão de queijo congelado • Fabricante de papel • Fabricante de velas, inclusive decorativas • Fabricante de partes de peças do vestuário - facção • Fabricante de partes de roupas íntimas - facção • Fabricante de partes de roupas profissionais - facção • Fabricante de partes para calçados • Fabricante de polpas de frutas • Fabricante de produtos de perfumaria e de higiene pessoal • Fabricante de produtos de limpeza • Fabricante de produtos de soja • Fabricante de produtos de tecido para uso odonto-médico-hospitalar • Fabricante de produtos derivados de carne • Fabricante de produtos derivados do arroz • Fabricante de rapadura e melaço • Fabricante de refrescos, xaropes e pós para refrescos • Fabricante de roupas íntimas • Fabricante de sabões e detergentes sintéticos • Fabricante de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes • Fabricante de sucos de frutas,

hortaliças e legumes • Fabricante de velas, inclusive decorativas • Fabricante de mandioca • Fabricante de milho • Ferramenteiro • Ferreiro / forjador • Filmador • Fornecedor de alimentos preparados para empresas • Fosseiro (limpador de fossa) • Fotocopiador • Fotógrafo • Fotógrafo aéreo / submarino • Funileiro / lanterneiro • Galvanizador • Gesseiro • Gravador de carimbos • Guardador de móveis • Guia de turismo • Guincheiro (reboque de veículos) • Humorista e contador de histórias • Instalador de antenas de TV • Instalador de equipamentos de segurança domiciliar e empresarial, sem prestação de serviços de vigilância e segurança • Instalador de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre • Instalador de isolantes acústicos e de vibração • Instalador de isolantes térmicos • Instalador de máquinas e equipamentos industriais • Instalador de painéis publicitários • Instalador de redes de computadores • Instalador de sistema de prevenção contra incêndio • Instalador e reparador de acessórios automotivos • Instalador e reparador de elevadores escadas e esteiras rolantes • Instalador e reparador de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração • Instrutor de arte e cultura em geral • Instrutor de artes cênicas • Instrutor de cursos gerenciais • Instrutor de cursos preparatórios • Instrutor de idiomas • Instrutor de informática • Instrutor de música • Jardineiro • Jornaleiro • Lapidador • Lavadeiro de roupas • Lavadeiro de roupas profissionais • Lavador e polidor de carro • Lavador de estofado e sofá • Livreiro • Locador de andaimes • Locador de aparelhos de jogos eletrônicos • Locador de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador • Locador de equipamentos recreativos e esportivos • Locador de fitas de vídeo, dvds e similares • Locador de livros, revistas, plantas e flores 20 Cartilha do Microempreendedor Individual Cartilha do Microempreendedor Individual 21 • Locador de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador • Locador de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes • Locador de máquinas e equipamentos para escritório • Locador de material médico • Locador de móveis e utensílios, inclusive para festas • Locador de instrumentos musicais • Locador de objetos do vestuário, jóias e acessórios • Locador de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador • Locador de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes • Locutor de mensagens fonadas e ao vivo • Mágico • Manicure / Pedicure • Maquiador • Marceneiro • Marmiteiro • Mecânico de motocicletas e motonetas • Mecânico de veículos • Merceeiro / Vendeiro • Mergulhador (escafandrista) • Moendeiro •

Montador de móveis • Montador e instalador de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos • Motoboy • Mototaxista • Moveleiro • Moveleiro de móveis metálicos • Oleiro • Operador de marketing direto • Organizador de excursões em veículo próprio, municipal • Ourives • Padeiro • Panfleteiro • Papeleiro • Pastilheiro • Pedreiro • Peixeiro • Personal Trainer • Pintor de automóveis • Pintor de parede • Pipoqueiro • Pirotécnico • Pizzaiolo em domicílio • Poceiro / cisterneiro / cacimbeiro • Produtor de pedras para construção, não associada a extração • Promotor de vendas • Proprietário de albergue não assistencial • Proprietário de bar e congêneres • Proprietário de camping • Proprietário de cantinas • Proprietário de carro de som para fins publicitários • Proprietário de casa de chá • Proprietário de casa de sucos • Proprietário de casa de festas e eventos • Proprietário de estacionamento de veículos • Proprietário de fliperama • Proprietário de hospedaria • Proprietário de lanchonete • Proprietário de pensão • Proprietário de restaurante • Proprietário de sala de acesso a internet • Proprietário de salão de jogos de sinuca e bilhar • Queijeiro / mantegueiro • Quitandeiro • Quitandeiro ambulante • Recarregador de cartuchos para equipamentos de informática • Reciclador de borracha, madeira, papel e vidro • Reciclador de materiais metálicos, exceto alumínio • Reciclador de materiais plásticos • Reciclador de sucatas de alumínio • Redeiro • Relojoeiro • Removedor e exumador de cadáver • Rendeiro • Reparador de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica • Reparador de artigos e acessórios de vestuário • Reparador de balanças industriais e comerciais • Reparador de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos • Reparador de bicicleta • Reparador de brinquedos • Reparador de cordas, velames e lonas • Reparador de embarcações para esporte e lazer • Reparador de equipamentos esportivos • Reparador de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas • Reparador de equipamentos médico-hospitalares não eletrônicos • Reparador de extintor de incêndio • Reparador de filtros industriais • Reparador de geradores, transformadores e motores elétricos • Reparador de guarda-chuva e sombrinhas • Reparador de instrumentos musicais • Reparador de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não eletrônicos para escritório • Reparador de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial • Reparador de máquinas e aparelhos para a indústria gráfica • Reparador de máquinas e equipamentos para a indústria da madeira • Reparador de máquinas e equipamentos

para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados • Reparador de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária • Reparador de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo • Reparador de máquinas motrizes não elétricas • Reparador de máquinas para bares e lanchonetes • Reparador de máquinas para encadernação • Reparador de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas • Reparador de móveis • Reparador de painéis (paineiro) • Reparador de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos • Reparador de toldos e persianas • Reparador de tonéis, barris e paletes de madeira • Reparador de tratores agrícolas • Reparador de veículos de tração animal • Restaurador de instrumentos musicais históricos • Restaurador de jogos acionados por moedas • Restaurador de livros • Restaurador de obras de arte • Restaurador de prédios históricos • Retificador de motores para veículos automotores • Revelador fotográfico • Salgadeiro • Salineiro / extrator de sal marinho • Salsicheiro / linguiçeiro • Sapateiro • Seleiro • Sepultador • Serigrafista • Serigrafista publicitário • Serralheiro • Sintequeiro • Soldador / brasador • Sorveteiro • Sorveteiro ambulante • Tanoeiro • Tapeceiro • Tatuador • Taxista • Tecelão • Tecelão de algodão • Técnico de sonorização e de iluminação • Técnico de manutenção de computador • Técnico de manutenção de eletrodomésticos • Técnico de manutenção de telefonia • Telhador • Tintureiro • Torneiro mecânico • Tosador de animais domésticos • Tosquiador • Transportador aquaviário para passeios turísticos • Transportador escolar • Transportador de mudanças • Transportador marítimo de carga • Transportador municipal de cargas não perigosas (carreto) • Transportador municipal de passageiros sob frete • Transportador municipal de travessia por navegação • Transportador municipal hidroviário de cargas • Tricoteiro • Vassoureiro • Vendedor ambulante de produtos alimentícios • Vendedor de aves vivas, coelhos e outros pequenos animais para alimentação • Verdureiro • Vidraceiro de automóveis • Vidraceiro de edificações • Vinagreiro

FONTE: SEBRAE (2014)